

Aviso de Contratação 4/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	158350-INST.FED.RORAIMA/CAMPUS BOA VISTA	NATALIA MAIA COSTA	01/08/2024 09:37 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	4/2024	23229.000221.2024-94

1. Objeto da Contratação Direta

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista, por meio do(a) Diretoria de Administração e Planejamento, realizará Dispensa Eletrônica, para registro de preços, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso I*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 07/08/2024

Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00 (horário de Brasília)

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Critério de Julgamento: *menor preço*

Regime de Execução: *Empreitada por Preço Global.*

- 1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada em serviços técnicos, nas áreas de engenharias (civil, elétrico, mecânica e demais), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Registro de preços

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A presente contratação não trata de dispensa de licitação com registro de preços.]

3. Participação na dispensa eletrônica

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a. 1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b. 2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c. 3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d. 4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e. 5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f. 6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. *sociedades cooperativas*.

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. Ingresso na Dispensa Eletrônica

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o

compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.12.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.12.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.12.3.1. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

5. Fase de lances

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário*.

5.3. *O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.*

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$1,00 (um real)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5.. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6.. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. Julgamento e aceitação das propostas

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo II, com os valores adequados à proposta vencedora.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. *Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:*

6.10.1. *Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.*

6.10.1.1. *Aquele que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021);*

6.10.2. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:*

6.10.2.1. *O valor global estimado para a contratação.*

6.10.2.2. *Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento.*

6.10.3. *serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.*

6.10.4. *será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.*

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. Habilitação

7.1.. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

7.8.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*

7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. Ata de registro de preços

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A presente contratação não trata de dispensa de licitação com registro de preços.]

9. Formação do cadastro de reserva

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A presente contratação não trata de dispensa de licitação com registro de preços]

10. Contratação

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco.) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o *Termo de Contrato*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

10.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. Infrações e sanções administrativas

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. 1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. 2. Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c. 3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. 4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. Das disposições gerais

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 ANEXO I – Termo de Referência

12.12.1.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

12.12.1.2. ANEXO II - Matriz de Gerenciamento de Riscos;

12.12.1.3. ANEXO III - Termos de Justificativas Técnicas Relevantes;

12.12.1.4. ANEXO IV - Instrumento de Medição e Resultado;

12.12.1.5. ANEXO V - Minuta do Contrato

12.12.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES E CARTA PROPOSTA

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021 Versão: agosto/2023

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSEANE DE SOUZA CORTEZ

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXOS.pdf (10.28 MB)
- Anexo II - MODELOS DE DECLARACOES - aviso de licitacao.pdf (462.94 KB)

Anexo I - ANEXOS.pdf

Termo de Referência 12/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2024	158350-INST.FED.RORAIMA/CAMPUS BOA VISTA	TATIANE CRISTINA DE JESUS	29/07/2024 21:28 (v 5.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		23229.000221.2024-94

1. Condições gerais da contratação

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – CONTRATAÇÃO DIRETA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - CAMPUS BOA VISTA

(Processo Administrativo nº 23229.000221.2024-94)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços técnicos, nas áreas de engenharias (civil, elétrico, mecânica e demais), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil, elétrica e mecânica, para realização de vistoria, laudo, planejamento, elaboração de projetos de adequação e peças orçamentárias e	1341	serviço	1	25.233,96	25.233,96

	especificações técnicas, e apoio técnico da fiscalização da adequação das 4 (quatro) plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista.					
--	--	--	--	--	--	--

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I. 1. ID PCA no PNCP: 10839508000131-0-000003/2024
- II. 2. Data de publicação no PNCP: 12/06/2023 atualização 25/04/2024
- III. 3. Id do item no PCA: 101 e 102
- IV. 4. Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA e 839 - OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS
- V. 5. Identificador da Futura Contratação: 158350 - 4/2024

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

b) se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.

4.2. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.3. A Contratada deverá adquirir e disponibilizar aos seus profissionais EPIs que atendam ao disposto na NR 6- Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho ou outra regulamentação vigente.

4.4. A Contratada deve planejar e elaborar projetos de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia, por meio de estudos e ações em busca de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

4.5 Caso seja realizado ensaios ou testes *in loco*, ao término dos serviços o local deverá ser limpo; o material resultante do serviço, que não seja necessário, deverá ser retirado do local e descartado conforme a orientação do fabricante;

4.6. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendados, quando da realização de atividades nas áreas, escopos dos trabalhos, quer seja, em qualidade, em quantidade ou em destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da Contratada que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua..

4.9. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.10. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.11. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Da Vistoria Prévia

4.12. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 11:30 horas às 14:30 às 17:30 horas.

4.13. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.16. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Especificações Técnicas

4.17. Os requisitos técnicos estão pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar anexo a este instrumento.

4.18. E as atividades envolvem os seguintes itens:

- a. Realização de vistoria e elaboração de laudo técnico da parte civil, elétrica e mecânica com apresentação de dia
- b. Elaboração do projeto básico e/ou executivo para recuperação ou adequação da solução a ser adotada;
- c. Elaboração do memorial descritivo e especificação técnica da solução a ser adotada;
- d. Elaboração de peças orçamentárias (orçamento sintético, orçamento analítico, memória de cálculo, cronograma
- e. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada no CREA da região;
- e. Apoio técnico no acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços que serão futuramente contratados.

4.19 A elaboração dos laudos e elaboração dos projetos de adequação das plataformas elevatórias no campus Boa Vista, deverá ser executado sob acompanhamento do Departamento Técnico de Engenharia e Obras, devendo obedecer rigorosamente, as normas abaixo, entre outras a serem indicadas especificamente para cada serviço, a critério exclusivo da CONTRATANTE e da FISCALIZAÇÃO:

- a. Às normas e especificações constantes no Contrato;
- b. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- c. Às disposições legais da União;
- d. Às disposições emanadas pelo Governo do Estado quanto a acessibilidade;
- e. Às normas do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima pertinentes ao tema;
- f. Às prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos elétricos;
- g. Às Normas Internacionais, no caso da falta de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

4.20. Laudo Técnico

4.20.1 O Laudo Técnico deverá conter a descrição de todas as atividades realizadas, documentário fotográfico, resultados obtidos nos testes, e demais investigações efetuadas. Estas informações são fundamentais na elaboração do diagnóstico das anomalias existentes, com indicações de causas prováveis, bem como a soluções das adaptações estruturais necessárias.

4.20.2 Deverá conter em função das necessidades constatadas:

- a. Introdução;
- b. Listagem da documentação técnica utilizada;
- c. Relato da Inspeção visual das estruturas (textos explicativos, documentário fotográfico, resultados obtidos acompanhados de suas análises);
- d. Diagnóstico das anomalias existentes, com indicações de causas prováveis e soluções das adaptações estruturais necessárias;
- e. Comentários relativos à durabilidade e a possível influência da degradação na estabilidade; Desenho, croqui, imagens, esquemas ou outras indicações necessárias (identificando elementos estruturais, níveis, cotas, disposição no layout geral, etc.);
- f. Plano de manutenção de utilização futura, adequação das estruturas e entre outros.

4.20.3. As fotografias devem ser numeradas correspondentemente ao detalhe que se quer documentar e, sempre que possível, datadas pelos profissionais envolvidos no trabalho.

4.20.4. A apresentação do laudo deve seguir a norma ABNT NBR 13752 no que se aplicar e outras normas aplicáveis ao caso.

4.20.5. São caracterizados como estruturas todos os elementos construtivos que estejam submetidos à ação de cargas permanentes ou móveis, cargas acidentais e esforços externos, provenientes da ação de sua utilização ou da de agentes naturais.

4.20.6. O Laudo de Técnico será realizado totalmente por conta da CONTRATADA e estará sujeito à aprovação da CONTRATANTE.

4.20.7. Será de responsabilidade e ônus da CONTRATADA quaisquer testes, ensaios, exames ou provas necessários a realização da inspeção e definição da solução técnica.

4.20.8 Entrega do Laudo

4.20.8.1. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, para a emissão do Laudo Técnico contendo os elementos descritos acima.

4.20.8.2. Após a entrega do laudo técnico e sendo detectados pela FISCALIZAÇÃO, problemas relacionados ao conteúdo do laudo, a CONTRATADA disporá de um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, para realização de possíveis correções caso se fizerem necessárias;

4.21. Projeto Básico e/ou Executivo de Recuperação/Adequação e Orçamento

4.21.1. O Projeto básico e/ou executivo da solução técnica deverá ser desenvolvido, em total aderência com a proposta contida no Laudo Técnico Conclusivo e de forma a não interferir nos elementos dos diversos sistemas da edificação

4.21.2. O projeto básico e/ou executivo deve atender às seguintes diretrizes gerais:

- a. Descrição de todos os elementos necessários à realização dos serviços, com nível de precisão adequado.

- b. Especificação de materiais e métodos construtivos adequados a manter a estética inicial das peças.
- c. Adoção de soluções técnicas que busquem a minimização dos custos de adaptação;
- d. Apresentação gráfica, por meio de desenho em AutoCAD, em versão não superior ao AutoCAD 2020, das soluções adotadas;
- e. Os materiais e tecnologias construtivas especificados devem, sempre, que possível atender aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

4.21.3. Os projetos executivos devem apresentar o conjunto dos elementos básico necessários e suficientes à execução completa dos serviços, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

4.21.4. Quando necessário, elaboração de Relatório Técnico realizando a inter-relação entre os documentos do projeto Básico com os do Projeto Executivo, destacando possíveis ajustes realizados entre estas etapas.

4.21.5. Da Apresentação dos Projetos

4.21.5.1. A CONTRATADA deve apresentar o projeto aos órgãos competentes para fins de aprovação

4.21.5.2 Se houver custos com taxas, emolumentos, cópias e certidões necessários à aprovação ou re

4.21.5.3. Forma de apresentação e entrega das pranchas do projeto com os elementos gráficos e dem

4.21.5.4 Para assegurar a uniformidade, homogeneidade e qualidade visual, os elementos gráficos sei

4.21.5.5. Em todos os serviços devem ser empregadas as respectivas terminologias e simbologias téc

4.21.5.6. Os desenhos do projeto (plantas) deverão ser elaborados em CAD, em versão não superior a

4.21.5.6. As plantas serão numeradas por meio de código alfanumérico, permitindo identificar o projeto

4.21.5.7 Deverá ser adotado o seguinte formato geral para a numeração das plantas:

CBV-000000-EEE-etapa-XX-RVV.ext;

Onde

CBV: Campus Boa Vista.

000000: Indica o conjunto formado pelos seis dígitos do segundo grupo do NUP (número único do pro

EEE: Especialidade de projeto/serviço por SIGLA, obtida pela combinação de três letras, no Quadro 1.

etapa: estudo preliminar (EP); anteprojeto (AP); projeto legal (PL), projeto básico (PB); projeto executiv

XX: Numeração sequencial da ordem dos arquivos com dois dígitos. (Exemplo: 01, 02, 03...);

RVV: Identificador do número da revisão do arquivo. (Exemplo: R01, R02, R03...);

ext: Extensão do Arquivo.

Quadro 1 - Exemplo de aplicação da regra

SIGLA	PROJETO/SERVIÇO
LEV	Levantamento físico em campo
EST	Projeto de Estrutura

4.21.5.8 Quando necessário, as plantas serão plotadas em papel sulfite, com todas as legendas e cotas visíveis, não sendo admitidas rasuras ou emendas;

4.21.5.9. Todas as plantas deverão conter carimbos conforme modelos apresentados no MODELO DE CARIMBO do IFRR;

4.21.5.10 Os documentos elaborados em padrão "A4" deverão possuir capa de acordo com as orientações do IFRR;

4.21.5.11. Os projetos e documentos complementares devem ser entregues à CONTRATANTE devidamente assinados pelo responsável técnico dos serviços, contendo nome completo e Número de Registro do CREA, competente, conforme o caso.

4.21.5.12. A CONTRATADA deve entregar os produtos previstos nas etapas devidamente identificados, contendo: nome do IFRR (Campus Boa Vista), título(s) do(s) projeto(s) e data.

4.21.5.13. A documentação técnica deverá ser entregue em mídia eletrônica com todos os arquivos digitais que a compõem, nas extensões próprias dos programas utilizados na sua elaboração, bem como em arquivos .PDF devidamente assinados digitalmente.

4.21.5.14. Quando necessário, as plantas serão plotadas em papel sulfite, com todas as legendas e cotas visíveis, não sendo admitidas rasuras ou emendas;

4.21.5.15. Todas as plantas deverão conter carimbos conforme modelos apresentados no MODELO DE CARIMBO do IFRR;

4.21.5.16. Os documentos elaborados em padrão "A4" deverão possuir capa de acordo com as orientações do IFRR;

4.21.5.17. Os projetos e documentos complementares devem ser entregues à CONTRATANTE devidamente assinados pelo responsável técnico dos serviços, contendo nome completo e Número de Registro do CREA, competente, conforme o caso.

4.21.5.18. A CONTRATADA deve entregar os produtos previstos nas etapas devidamente identificados, contendo: nome do IFRR (Campus Boa Vista), título(s) do(s) projeto(s) e data.

4.21.5.19. A documentação técnica deverá ser entregue em mídia eletrônica com todos os arquivos digitais que a compõem, nas extensões próprias dos programas utilizados na sua elaboração, bem como em arquivos .PDF devidamente assinados digitalmente.

4.22. Memorial descritivo e especificação técnica, contendo e não se limitando a:

4.22.1 Especificações de materiais e serviços da solução adotada

4.22.2. A especificação da execução dos serviços deve considerar a mínima interferência nas atividades

4.22.3. Especificação do tipo de tratamento e a técnica a ser utilizada;

4.22.4. Quantidade e especificação dos materiais a serem utilizados na recuperação das estruturas: identificação da localização de cada elemento estrutural.

4.23. Orçamento sintético e analítico (composições de custos) dos serviços, contendo minimamente:

4.23.1. Os custos da solução adotada devem ser compatíveis com o praticado no mercado e atender os requisitos da Lei nº 14.133/2021.

4.23.2. Planilha orçamentária deverá ser elaborada após a definição do projeto executivo e conter os custos unitários e totais dos serviços que englobam a solução técnica a ser adotada;

4.23.3. Na planilha orçamentária não deve ter unidades genéricas e globais, como por exemplo "verba (vb)", "ponto (pt)" ou "conjunto(cj)".

4.23.4. Planilha de custos dos materiais e serviços, com a indicação da fonte, exemplo: SINAPI, código da composição, data da consulta, unidade de medida adotada, quantidade, valor unitário e total de cada item:

4.23.5. A tabela de referência de preços empregada deverá ser aquela mais recentemente publicada;

4.23.6. Nos casos em que custos existentes na tabela de referência principal (por exemplo SINAPI) não representarem adequadamente a obra em questão, deverão ser apresentados relatórios técnicos circunstanciados, que trazem a composição de custo adequada ao caso concreto.

4.23.7. A planilha orçamentária e o cronograma físico financeiro devem ser elaborados conforme modelo do IFRR;

4.23.8. Deve ser apresentado junto com as peças técnicas orçamentárias a Memória de Cálculo das quantidades inseridas no orçamento sintético, composições de custos unitários, mapa de cotações dos serviços não previstos no SINAPI, e Anotação de Responsabilidade Técnica;

4.24. Cronograma físico-financeiro de execução dos serviços:

4.24.1.. O Cronograma físico financeiro dará suporte ao futuro processo de contratação de empresa para execução dos serviços de adaptação das plataformas;

4.24.2 O Cronograma físico financeiro deve ser elaborado conforme MODELO DE CRONOGRAMA do IFRR.

4.25 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e termos ora fornecidos

4.26 Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados os trabalhos, relacionados com o objeto da licitação, mediante prévia autorização de representante da CONTRATADA, nas dependências de sua empresa ou de terceiros.

Natureza do Serviço

4.27. O objeto a ser licitado, pelas suas características, e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza não continuada sem dedicação de mão de obra exclusiva.

4.28. Considerando que as atividades do objeto pretendido envolvem as serviços profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, fiscalização, estes são classificados como serviço de engenharia, em consonância com a Orientação Técnica IBRAOP nº 02/2009.

4.29. Por meio de especificações usuais de mercado, os serviços objeto deste estudo possuem padrões de qualidade e desempenho passíveis de definição objetiva no edital, se configurando como "serviços comum de engenharia".

4.30. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão detalhados no item 6 do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.*

5.1.3. *Cronograma de realização dos serviços:*

5.1.4.1. *Etapa 1 - Realização de vistoria técnica e elaboração de laudo técnico e solução técnica da estrutura civil, mecânica e elétrica das 4 (quatro) plataformas de acessibilidade instaladas no Campus Boa Vista do IFRR. O prazo de execução da etapa 1 será de 30 (trinta) dias a partir da emissão da Ordem de Serviço. Após conclusão da etapa poderá ser realizado o pagamento de 40% do valor global da contratação.*

5.1.4.1. *Etapa 2 - Elaboração dos projetos técnicos de adequação, especificação técnica, e peças orçamentárias e cronograma da parte civil, mecânica e elétrica das 4 (quatro) plataformas de acessibilidade instaladas no Campus Boa Vista do IFRR, conforme solução técnica adotada na Etapa 1. O prazo de execução da etapa 2 será de 30 (trinta) dias a partir da entrega e aprovação da Etapa 1. Após concluído a Etapa poderá ser realizado o pagamento de 35% do valor global da contratação.*

5.1.4.1. *Etapa 3 - Apoio técnico a equipe de fiscalização da Contratante na realização dos serviços de adequação das 4 (quatro) plataformas de acessibilidade instaladas no Campus Boa Vista do IFRR, conforme projetos e orçamentos aprovados nas Etapa 2. O prazo de execução da etapa será definido após a contratação dos serviços, cujo o prazo estará definido na Etapa 2. Após concluído a Etapa poderá ser realizado o pagamento de 25% do valor global da contratação*

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços referente a prestação das Etapas 1 e 2 do item anterior serão realizados no Campus Boa Vista do IFRR e nas dependências da empresa contratada, por prestador de serviço pertencente ao quadro funcional da CONTRATADA. A etapa 3 deverá ocorrer nas dependências do Campus Boa Vista, durante a fase de execução dos serviços de adequação.

5.3. Os serviços das Etapas 1 e 2 serão prestados nos horários definidos pela contratada, com exceção para as vistorias no local onde estão localizados os equipamentos que devem ser previamente agendados junto a Contratante. A Etapa 3 será realizada em horário previamente definido pelo Contratante durante a fase de execução dos serviços de adequação.

Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto. No entanto, deve ser entregue os laudos e projetos elaborados para que

seja dado continuidade a contratação do serviços em outro processo

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo 4 deste instrumento.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. *A execução e conclusão da Etapa conforme descrito no item 5 deste documento;*

7.3.2. *A avaliação dos critérios do IMR e fator de ajuste da medição.*

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público,, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA-IBGE* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos

por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR GRUPO.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.1.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos

Habilitação jurídica

8.15. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.16. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.20. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.22. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital]do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.34. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.35. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.35.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.35.2. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.35.3. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.35.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.35.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.36. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.37. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.38. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.39. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.39.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.40. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho de Agronomia e Engenharia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

8.41. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.42. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, com experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos:

TABELA 1 - Qualificação Profissional

CARGO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO MÍNIMA
Engenheiro Mecânico	01	<ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Engenharia na respectivas área exigida; - Prática na elaboração de desenhos técnicos; - Facilidade de gestão de equipes e projetos; - Comprovação de experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de formação (<i>Tabela 2</i>).
Engenheiro Eletricista	01	<ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Engenharia na respectivas área exigida; - Prática na elaboração de desenhos técnicos; - Facilidade de gestão de equipes e projetos; - Comprovação de experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de formação (<i>Tabela 2</i>).
		<ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Engenharia na respectiva área exigida; - Prática na elaboração de desenhos técnicos; - Facilidade de gestão de equipes e projetos; - Conhecimento específico em orçamento serviços na Administração Pública, levantamento, cotação

Engenheiro Civil	01	<p>de preços, composições de custos e descrição de materiais;</p> <p>- Conhecimento de legislação, normativos e procedimentos licitatórios de serviços de engenharia;</p> <p>- Conhecimento em orçamento de obras e serviços de engenharia e arquitetura aplicados ao setor público;</p> <p>- Conhecimento específico em orçamento serviços na Administração Pública, levantamento, cotação de preços, composições de custos e descrição de materiais;</p> <p>- Conhecimento de legislação, normativos e procedimentos licitatórios de serviços de engenharia;</p> <p>- Comprovação de experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de formação (Tabela 2).</p>
------------------	----	---

TABELA 2 - Detalhamento das exigências/comprovação

ATIVIDADE	REQUISITO
Para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos:	<p>1– diploma do curso de graduação conforme a área de concentração do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;</p> <p>2 – cópia da carteira de trabalho e previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa;</p> <p>3– declaração do empregador com o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo /emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego;</p>
Para exercício de atividade em empresa/instituição pública: será	<p>1 – diploma do curso de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;</p> <p>2 – declaração</p>

necessário o envio da imagem legível de dois documentos:	/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição ou da autoridade competente, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas, em consonância com as atividades a serem desempenhadas neste Termo de Referência;
Para exercício de atividade /serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessário o envio da imagem legível de três documentos:	<p>1 – diploma de graduação conforme a área /especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;</p> <p>2 – contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o profissional e o Contratante; e</p> <p>3 – declaração do Contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;</p>
Para exercício de atividade /serviço prestado como autônomo: será necessário envio da imagem legível de três documentos:	<p>1 – diploma de graduação conforme a área /especialidade a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;</p> <p>2 – recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo; e</p> <p>3 – declaração do Contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades.</p>

8.43. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.44. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.45. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.45.1. Para Engenheiro Civil: Serviço de elaboração de laudos ou projetos de instalação, adequação/adaptação ou reforma de elevadores ou plataformas de acessibilidade, ou serviços similares ou superiores.

8.45.2. *Para Engenheiro Eletricista: Serviço de elaboração de laudos ou projetos de instalação, adequação/adaptação ou reforma elétrica de elevadores ou plataformas de acessibilidade, ou serviços similares ou superiores.*

8.45.3. *Para Engenheiro Mecânico: Serviço de elaboração de laudos ou projetos de instalação, adequação/adaptação ou reforma de elevadores ou plataformas de acessibilidade, ou serviços similares ou superiores.*

8.46. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.46.1. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.*

8.46.2. *O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.46.3. *Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.*

8.46.4. *O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;*

8.46.5. *A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;*

8.46.6. *Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e*

8.46.7. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador*

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 25.233,96

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 25.233,96 (*vinete e cinco mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos*), conforme custos estimado no Anexo do Estudo Técnico Preliminar.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. 1. Gestão/Unidade: 26437;
- II. 2. Fonte de Recursos: 100;
- III. 3. Programa de Trabalho: 12363501220RL0014;
- IV. 4. Elemento de Despesa: 339039-05;
- V. 5. Plano Interno: L4801P01BVN;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A LAI

10.4. Em atendimento ao art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, que orienta que ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, informamos que as informações presentes neste TR são públicas e podem ser acessadas por terceiros.

11. Classificação quanto a LAI

11. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A LAI

11.1. Em atendimento ao art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, que orienta que ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, informamos que as informações presentes neste TR são públicas e podem ser acessadas por terceiros.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO DA SILVA SANTOS

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 29/07/2024 às 16:30:55.

Despacho: Para análise

TATIANE CRISTINA DE JESUS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/07/2024 às 18:28:24.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP14_2024.pdf (9.13 MB)
- Anexo II - MR23_2024.pdf (110.21 KB)
- Anexo III - TJTR.pdf (272.18 KB)
- Anexo IV - IMR.pdf (65.08 KB)
- Anexo V - Minuta do Contrato.pdf (369.57 KB)

Anexo I - ETP14_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 14/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23229.000221.2024-94

2. Objeto

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil e mecânica, para elaboração dos estudos, planejamento, elaboração, desenvolvimento, execução, acompanhamento e fiscalização de projetos nas plataformas elevatórias.

3. Descrição da necessidade

2.1 Os serviços comuns de engenharia já estão plenamente incorporados à rotina funcional do DETEO, contribuindo de forma significativa para a eficiência do funcionamento das unidades do IFRR, principalmente no que diz respeito à manutenção das estruturas prediais. As adequações contínuas nas edificações e instalações, devidamente subsidiadas por planejamentos e projetos específicos e acompanhamentos especializados, são fundamentais para garantir o bom desempenho das atividades funcionais e a segurança dos alunos, servidores e visitantes do campus.

2.2 Atualmente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR ocupa os imóveis descritos nos subitens abaixo. Resumindo, o Departamento Técnico de Engenharia e Obras-Deteo possui sob sua responsabilidade:

- i. Na capital: 03 instalações de grande porte: a Reitoria, o Campus Boa Vista, o Campus Boa Vista Zona Oeste;
- ii. No interior: 03 prédios próprios, sendo o de Novo Paraíso, o de Amajari e o do Bonfim;

2.3. Não fosse apenas a quantidade de edificações, cuja demanda por manutenção avança a cada dia em razão da idade dos imóveis e das limitações orçamentárias que culminaram em demandas reprimidas de serviços, há de se registrar que o nível técnico exigido para a manutenção tem aumentado substancialmente. Esclarecendo, ainda que as edificações por serem antigas estão exigindo um grau de capacidade técnica, como exemplo: nas instalações elétricas, elevadores, sistemas de bombeamento, sistema de combate a incêndio com vários dispositivos, inúmeros aparelhos de climatização e renovação de ar, trazendo portanto a necessidade de especialistas nas áreas de elétrica e mecânica.

2.4. Dentre as peculiaridades dessa contratação, que a tornam diferenciado e singular, podemos citar: a necessidade de readequação das plataformas elevatórias PCD às normas legais, que requerem acompanhamento de profissionais especializados na área.

2.5. O que justifica e motiva esta contratação é a necessidade de adequação de plataformas elevatórias de acessibilidade às normas legais, estes equipamentos possui um conjunto de instalações, como por exemplo, estruturais, elétricas, mecânicas (máquinas e elevadores) e hidráulicas.

2.6. No prédio do Campus Boa Vista estão instalados 04 (quatro) plataformas elevatórias de passageiros que estão sem funcionar, e o setor de engenharia precisa de suporte através de

profissionais especializados para elaborar os estudos, planejamento, desenvolvimento, execução e acompanhamento da fiscalização dos projetos, evitando que o Campus continue com as plataformas sem funcionamento, e que venha a ter problemas durante a fazer execução dos serviços e recebimentos deles.

2.7. Atualmente, a manutenção menos significativa das edificações é realizada por cada unidade, e a elaboração dos projetos de reforma e adequação de todos os sistemas é feita por equipe de profissionais do Deteo, ou seja, eles elaboram os projetos e orçamento e realizam a fiscalização da execução dos serviços e obras, que não conta com o suporte de especialista da engenharia mecânica, ficando em muitos casos a busca por ajuda junto aos projetistas e construtores.

2.8. Quanto ao engenheiro civil, justificamos a necessidade da contratação em virtude da necessidade de compatibilização de projetos, ou seja a fusão das diferentes disciplinas de um projeto, para que não ocorra o comprometimento de uma delas, uma vez que na contratação de aquisição das plataformas não houve essa devida compatibilização, devido a ausência dos projetos mecânicos.

2.9. Apesar do IFRR, conter em seu quadro profissional com o cargo de engenheiro mecânico, o mesmo nunca foi lotado no Deteo, e não possui a especialidade e desempenho para executar um projeto dessa natureza, então esta contratação garantirá de forma duradoura e segura a execução dos serviços de engenharia, baseando-se em projetos bem planejados e devidamente executados, evitando eventuais imprevistos.

2.10. Assim, é fácil deduzir que estes equipamentos devem entrar em funcionamento para que cumpram sua função, promovendo o atendimento a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, de 6 de junho de 2015, e ainda garantir o bom funcionamento de suas instalações com conforto e economicidade, oportunizando segurança, saúde de seus usuários, e as condições de trabalho dentro do campus.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Planejamento	Tatiane Cristina de Jesus

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Dos Requisitos Técnicos

4.1. Para a prestação dos serviços, a empresa Contratada deverá ter em seu quadro de funcionários, profissionais especializados, qualificados, habilitados e devidamente capacitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado, com as seguintes atribuições mínimas:

4.2. Dos Serviços de Engenheiro Civil

4.2.1 Descrição sintética dos serviços:

a) elaboração de laudo técnico da situação atual e propostas de adequação às normas das plataformas elevatórias;

b) elaboração de projetos (civil e demais) e pareceres técnicos sobre os serviços de adequação das plataformas elevatórias do Campus Boa Vista, sobre temas de sua alçada, compatibilizado com o engenheiro mecânico;

c) elaboração de todas as planilhas necessárias para fins de execução dos serviços de adaptação das plataformas elevatórias às normas legais, como exemplo, a elaboração de planilhas de composição de custos, planilha de execução físico e financeira, e demais necessárias para fins de execução dos serviços de adaptação das plataformas elevatórias, compatibilizado com os demais profissionais;

d) apoio à fiscalização dos serviços de engenharia que serão executados nas plataformas elevatórias;

4.2.2 Modo de execução: Os serviços dos itens a), b) e c) serão executados, nas dependências da empresa contratada, por prestador de serviço pertencente ao quadro funcional da CONTRATADA, e o do item d) deverá ocorrer nas dependências do Campus Boa Vista, durante a fase de execução dos serviços de adequação.

4.3. Dos Serviços de Engenharia Mecânica

4.3.1. Descrição sintética dos serviços:

a) elaboração de laudo técnico da situação atual e propostas de adequação às normas das plataformas elevatórias;

b) elaboração de projetos (mecânico, climatização, ventilação, exaustão, entre outros) e pareceres técnicos sobre os serviços de adequação das plataformas elevatórias do Campus Boa Vista, sobre temas de sua alçada;

c) elaboração de todas as planilhas necessárias para fins de execução dos serviços de adaptação das plataformas elevatórias às normas legais, como exemplo, a elaboração de planilhas de composição de custos, planilha de execução físico e financeira, e demais necessárias para fins de execução dos serviços de adaptação das plataformas elevatórias, compatibilizado com os demais profissionais;

d) apoio à fiscalização de obras e serviços de engenharia.

4.3.2 Modo de execução: Os serviços serão, nas dependências da empresa Contratada, por prestador de serviço pertencente ao quadro funcional da Contratada.

4.4. Dos Serviços de Engenheiro Elétrico

4.4.1 Descrição sintética dos serviços:

a) elaboração de laudo técnico da situação atual e propostas de adequação às normas das plataformas elevatórias;

b) elaboração de projetos (elétrico dentre outros) e pareceres técnicos sobre os serviços de adequação das plataformas elevatórias do Campus Boa Vista, sobre temas de sua alçada;

c) elaboração de todas as planilhas necessárias para fins de execução dos serviços de adaptação das plataformas elevatórias às normas legais, como exemplo a elaboração de planilha de composição de custos, planilha de execução físico e financeira, e demais necessárias para fins de execução dos serviços de adaptação das plataformas elevatórias, compatibilizado com os demais profissionais;

d) apoio à fiscalização de obras e serviços de engenharia.

4.4.2 Modo de execução: Os serviços serão, nas dependências da empresa contratada, por prestador de serviço pertencente ao quadro funcional da CONTRATADA.

4.5 Os projetos devem atender à NBR 9050 (atualizada em 11/09/2015), que trata de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Os serviços técnicos de arquitetura e engenharia deverão ser executados guiados pelas disposições das orientações técnicas pertinentes, prescritos nos dispositivos das Normas ABNT aplicáveis à projetos de arquitetura e engenharia;

4.6. Os serviços técnicos orçamentários deverão ser executados em conformidade com as atribuições pertinentes à área de procedimentos licitatórios, orçamentários e contábeis, prescritos nos dispositivos legais e normativos (Lei de Licitações e Contratos e afins).

4.7. Os serviços deverão ser executados considerando os projetos de entrega das plataformas elevatórias do Campus Boa Vista.

4.8. A Contratada deverá submeter à apreciação da Contratante, imediatamente após o início da execução do contrato, o Plano de Ação "inicial" para execução dos serviços, do qual deverá constar necessariamente a composição das equipes de trabalho e a função a ser exercida por cada um de seus membros dentro dos parâmetros estabelecidos nesse Estudo;

Da Habilitação e Qualificação Técnica

4.9. Para efeito de **qualificação técnica-operacional**, a Administração exigirá da licitante:

4.9.1. Prova de inscrição ou registro do licitante e comprovante de regularidade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei n.º 12.378/2010) que comprove atividade relacionada com o objeto;

4.9.2. Apresentar um ou mais atestado(s), devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do distrito federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços compatíveis e com características semelhantes e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado;

4.9.3. Cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que a licitante possui experiência mínima de 2 (dois) anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços, compatíveis com o objeto ora licitado.

4.9.3.1. Será aceito o somatório de documentos para comprovação da experiência, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

4.10. Para efeito de **qualificação técnica-profissional**, a Administração exigirá da licitante:

4.10.1. A Contratada deve dispor dos profissionais técnicos devidamente registrados nos Conselhos de acordo com as atribuições definidas, os profissionais devem possuir a seguinte formação /qualificação mínima:

TABELA 1 - Qualificação Profissional

CARGO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO MÍNIMA
Engenheiro	01	- Graduação em Engenharia na respectivas área exigida; - Prática na elaboração de desenhos técnicos; - Facilidade de gestão de equipes e projetos;

Mecânico		- Comprovação de experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de formação (Tabela 2).
Engenheiro Eletricista	01	- Graduação em Engenharia na respectiva área exigida; - Prática na elaboração de desenhos técnicos; - Facilidade de gestão de equipes e projetos; - Comprovação de experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de formação (Tabela 2).
Engenheiro Civil	01	Graduação em Engenharia na respectiva área exigida; - Prática na elaboração de desenhos técnicos; - Facilidade de gestão de equipes e projetos; - Conhecimento específico em orçamento serviços na Administração Pública, levantamento, cotação de preços, composições de custos e descrição de materiais; - Conhecimento de legislação, normativos e procedimentos licitatórios de serviços de engenharia; - Conhecimento em orçamento de obras e serviços de engenharia e arquitetura aplicados ao setor público; - Conhecimento específico em orçamento serviços na Administração Pública, levantamento, cotação de preços, composições de custos e descrição de materiais; - Conhecimento de legislação, normativos e procedimentos licitatórios de serviços de engenharia; - Comprovação de experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de formação (Tabela 2).

TABELA 2 - Detalhamento das exigências/comprovação

ATIVIDADE	REQUISITO
	1- diploma do curso de graduação conforme a área de

Para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos:	concentração do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; 2 – cópia da carteira de trabalho e previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; 3– declaração do empregador com o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo /emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego;
Para exercício de atividade em empresa/instituição pública: será necessário o envio da imagem legível de dois documentos:	1 – diploma do curso de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; 2 – declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição ou da autoridade competente, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas, em consonância com as atividades a serem desempenhadas neste Termo de Referência;
Para exercício de atividade /serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessário o envio da imagem legível de três documentos:	1 – diploma de graduação conforme a área /especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; 2 – contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o profissional e o Contratante; e 3 – declaração do Contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;
Para exercício de atividade /serviço prestado como autônomo: será necessário envio da imagem legível de três documentos:	1 – diploma de graduação conforme a área /especialidade a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; 2 – recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo; e 3 – declaração do Contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades.

4.10.2. Prova de inscrição ou registro do profissional e certificado de regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei n.º 12.378/2010) que comprove atividade relacionada com o objeto;

4.10.3. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei n.º 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica,

devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados (s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do distrito federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviços compatíveis e com características semelhantes e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado.

4.10.4 cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o **profissional** possui experiência mínima de 2 (dois) anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto ora licitado.

4.10.4.1. Será aceito o somatório de documentos para comprovação da experiência, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

4.10.5. Vínculo empregatício com o profissional indicado como Responsável Técnico, mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a **licitante** como CONTRATANTE; do contrato social da **licitante**, em que conste o profissional como sócio; do contrato de trabalho; ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

4.10.6. Se qualquer dos atestados técnicos entregues pela **licitante** se referir a serviços prestados no âmbito do IFRR, será exigida certidão de capacidade técnica da **licitante**, considerando a execução completa do contrato, sendo aceitos atestados parciais exclusivamente no caso de a **licitante** estar com o contrato vigente na data de apresentação do documento no IFRR.

4.10.7. O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

4.10.8. Os profissionais de nível superior deverão ser capazes de elaborar os estudos, planejamento, elaboração, desenvolvimento, execução, acompanhar e fiscalizar os serviços realizadas nas plataformas elevatórias do Campus Boa Vista que vem enfrentando dificuldade para contratação de empresa para adequação das plataformas elevatórias.

4.10.9. Tais profissionais deverão ainda responsabilizar-se pelos relatórios auxiliares de fiscalização dos contratos do Departamento Técnico de Engenharia e Obras-DETEO. Desse modo, a consideração de 2 anos de formação é um período relativamente curto e não busca restringir o certame. Pelo contrário, ele permite que profissionais entrantes no mercado, com uma mínima experiência, sejam devidamente remunerados dentro da sua categoria profissional.

4.10.10. A solução adotada abrange qualquer empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, desde que ela disponha de efetivo suficiente para exercer os serviços. Não há qualquer restrição a fornecedores, com exceção da exigência de capacidade técnica. Isso é necessário, já que, devido às peculiaridades do setor público relacionadas a processos, orçamentos, modalidades de aquisição de bens e serviços, etc, é necessário que a empresa apresente experiência na prestação de serviços nesse setor.

Da natureza do serviço

4.2. O objeto a ser licitado, pelas suas características, e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza não continuada sem dedicação de mão de obra exclusiva.

4.2.1. Considerando que as atividades do objeto pretendido envolvem os serviços profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, fiscalização, estes são classificados como serviço de engenharia, em consonância com a Orientação Técnica IBRAOP nº 02/2009.

4.2.2. Por meio de especificações usuais de mercado, os serviços objeto deste estudo possuem padrões de qualidade e desempenho passíveis de definição objetiva no edital, se configurando como "serviços comum de engenharia".

4.12. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Da Modalidade da Licitação

4.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, ou caso o valor se enquadre nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser realizada por meio de dispensa eletrônica.

Do regime de execução

4.1. A presente contratação tem como objeto a contratação de serviços técnicos, nas áreas de engenharias (civil, elétrico, mecânica e demais), em regime de empreitada por preço global, conforme especificações previstas neste estudo.

Da transição contratual

4.11. Não se aplica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o serviço pleiteado tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após findo o contrato. No entanto, deve ser entregue os laudos e projetos elaborados para que seja dada continuidade a contratação do serviços em outro processo.

Dos critérios e práticas de sustentabilidade

4.2.6. Os empregados da Contratada deverão estar uniformizados e identificados durante o período de execução dos serviços nas dependências da unidade;

4.2.7. A Contratada deverá adquirir e disponibilizar aos seus profissionais EPIs que atendam ao disposto na NR 6- Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho ou outra regulamentação vigente.

4.13. A Contratada deve relacionar práticas de sustentabilidade no planejamento e elaboração dos projetos, e deverá também observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

4.13.1. Ainda de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6º edição, na elaboração do projeto básico deverão ser considerados:

a) se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

b) se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.

4.14. A Contratada deve planejar e elaborar projetos de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia, por meio de estudos e ações em busca de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

4.2.4. Caso seja realizado ensaios ou testes in loco, ao término dos serviços o local deverá ser limpo; o material resultante do serviço, que não seja necessário, deverá ser retirado do local e descartado conforme a orientação do fabricante;

4.12.2. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendados, quando da realização de atividades nas áreas, escopos dos trabalhos, quer seja, em qualidade, em quantidade ou em destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da Contratada que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

Da garantia contratual

4.9. Será exigido da contratada a apresentação da garantia de execução, no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade de 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação. Sendo permitido ainda a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

Da duração inicial do contrato

4.10. A contratação será realizada para um período inicial de 12(doze) meses, podendo ser prorrogáveis, conforme art. 106 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

6. Levantamento de Mercado

5.1. Por se tratar de um serviço especializado com dedicação de profissionais com expertise no ramo, o objeto desta contratação requer empresas que detenham expertise nesse ramo da engenharia. Nesse contexto houve consulta a esse mercado de engenharia no sentido de averiguar a exequibilidade desse objeto.

5.1.1. Solução 1: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil, elétrica e mecânica, para elaboração dos estudos, planejamento, elaboração, desenvolvimento, execução, acompanhamento e fiscalização.

5.1.2. Solução 2: A equipe analisou outras soluções alternativas no mercado, que seria a contratação de empresa especializada, com mão de obra exclusiva, para a prestação de serviços.

5.2. A contratação de mão de obra exclusiva, atenderia as necessidades da instituição, no entanto, a solução não foi adotada em função de quê, no âmbito da Reitoria e Campus Boa Vista, não há disponibilidade orçamentária, para manter um contrato com tais mão de obras, durante o exercício financeiro.

5.3. A solução 1 abrangeria qualquer empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, desde que ela tenha efetivo suficiente para exercer tais serviços, garantindo a continuidade e conclusão dos serviços, evitando problemas contratuais específicas com profissionais que não atendessem os requisitos.

5.4 Não há qualquer restrição a fornecedores, com exceção de eventual capacidade técnica a ser exigida no Termo de Referência. Isso é necessário, já que, apesar da natureza comum dos serviços, é necessário que a empresa apresente experiência na prestação de serviços ao órgão público, com pleno conhecimento das suas peculiaridades. A empresa deverá ter experiência em orçamentos e gastos públicos, gestão de processos, planejamento de contratações de bens

/serviços por meio de processos licitatórios, operacionalização de contratos e seus impactos no serviço público, etc. Esse serviço será prestado com altíssima interdependência com os contratos atualmente sob a responsabilidade do DETEO.

5.5 É necessário que a empresa tenha conhecimento e experiência na aplicação da legislação específica para o setor público, incluindo às normas ABNT NBR ISO 9386-1:2013, ABNT NBR 14847:2002 e ABNT NBR 9050:2015, e a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e a ABNT NBR 9050/2020 e ABNT NBR ISO 9386-1:2013, para que a execução dos serviços não incorra em ilegalidades.

5.6. A solução escolhida vem de acordo com a necessidade de apoio ao seguinte Processo SUAP /IFRR nº 23229.000421.2023-66 - Contratação de pessoa jurídica para adequação da estrutura física das plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista às normas legais. Para a presente contratação foi considerado o Edital do Pregão Eletrônico nº 122/15 da Câmara Legislativa, cujo objeto é a prestação de serviços continuados nas áreas de orçamento, fiscalização, segurança do trabalho, projeto e design, em apoio aos engenheiros e arquitetos da Câmara dos Deputados

7. Descrição da solução como um todo

6.1. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

6.1.1 A solução adotada envolve a contratação de uma empresa especializada na área de engenharia civil, elétrica e mecânica para elaboração da vistoria, laudo, planejamento, elaboração de projetos de adequação, peças orçamentárias e especificações técnicas, e apoio técnico da fiscalização da adequação das 4 (quatro) plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista do IFRR.

6.1.2 E as atividades envolvem os seguintes itens:

- a. Realização de vistoria e elaboração de laudo técnico da parte civil, elétrica e mecânica com aprese
- b. Elaboração do projeto básico e/ou executivo para recuperação ou adequação da solução a ser adot
- c. Elaboração do memorial descritivo e especificação técnica da solução a ser adotada;
- d. Elaboração de peças orçamentárias (orçamento sintético, orçamento analítico, memória de cálculo,
- e. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada no CREA da região;
- e. Apoio técnico no acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços que serão futuramente

6.1.3. A elaboração dos laudos e elaboração dos projetos de adequação das plataformas elevatórias no campus Boa Vista, deverá ser executado sob acompanhamento do Departamento Técnico de Engenharia e Obras, devendo obedecer rigorosamente, as normas abaixo, entre outras a serem indicadas especificamente para cada serviço, a critério exclusivo da CONTRATANTE e da FISCALIZAÇÃO:

- a. Às normas e especificações constantes no Contrato;
- b. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- c. Às disposições legais da União;
- d. Às disposições emanadas pelo Governo do Estado quanto a acessibilidade;
- e. Às normas do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima pertinentes ao tema;
- f. Às prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos elétricos;
- g. Às Normas Internacionais, no caso da falta de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

6.1.4. Laudo Técnico

6.1.4.1. O Laudo Técnico deverá conter a descrição de todas as atividades realizadas, documentário fotográfico, resultados obtidos nos testes, e demais investigações efetuadas. Estas informações são fundamentais na elaboração do diagnóstico das anomalias existentes, com indicações de causas prováveis, bem como a soluções das adaptações estruturais necessárias.

6.1.4.2. Deverá conter em função das necessidades constatadas:

- Introdução;
- Listagem da documentação técnica utilizada;
- Relato da Inspeção visual das estruturas (textos explicativos, documentário fotográfico, resultados obtidos acompanhados de suas análises);
- Diagnóstico das anomalias existentes, com indicações de causas prováveis e soluções das adaptações estruturais necessárias;
- Comentários relativos à durabilidade e a possível influência da degradação na estabilidade;
- Desenho, croqui, imagens, esquemas ou outras indicações necessárias (identificando elementos estruturais, níveis, cotas, disposição no layout geral, etc.);
- Plano de manutenção de utilização futura, adequação das estruturas e entre outros.

6.1.4.3. As fotografias devem ser numeradas correspondentemente ao detalhe que se quer documentar e, sempre que possível, datadas pelos profissionais envolvidos no trabalho.

6.1.4.4. A apresentação do laudo deve seguir a norma ABNT NBR 13752 no que se aplicar e outras normas aplicáveis ao caso.

6.1.4.5. São caracterizados como estruturas todos os elementos construtivos que estejam submetidos à ação de cargas permanentes ou móveis, cargas acidentais e esforços externos, provenientes da ação de sua utilização ou da de agentes naturais.

6.1.4.6. O Laudo de Técnico será realizado totalmente por conta da CONTRATADA e estará sujeito à aprovação da CONTRATANTE.

6.1.4.7. Será de responsabilidade e ônus da CONTRATADA quaisquer testes, ensaios, exames ou provas necessários a realização da inspeção e definição da solução técnica.

6.1.5. Entrega do Laudo

6.1.5.1. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, para a emissão do Laudo Técnico contendo os elementos descritos acima.

6.1.5.2. Após a entrega do laudo técnico e sendo detectados pela FISCALIZAÇÃO, problemas relacionados ao conteúdo do laudo, a CONTRATADA disporá de um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, para realização de possíveis correções caso se fizerem necessárias;

6.1.6. Projeto Básico e/ou Executivo de Recuperação/Adequação e Orçamento

6.1.6.1. O Projeto básico e/ou executivo da solução técnica deverá ser desenvolvido, em total aderência com a proposta contida no Laudo Técnico Conclusivo e de forma a não interferir nos elementos dos diversos sistemas da edificação.

6.1.6.2. O projeto básico e/ou executivo deve atender às seguintes diretrizes gerais:

- a. Descrição de todos os elementos necessários à realização dos serviços, com nível de precisão adequada;
- b. Especificação de materiais e métodos construtivos adequados a manter a estética inicial das peças;
- c. Adoção de soluções técnicas que busquem a minimização dos custos de adaptação;
- d. Apresentação gráfica, por meio de desenho em AutoCAD, em versão não superior ao AutoCAD 202
- e. Os materiais e tecnologias construtivas especificados devem, sempre, que possível atender aos req

6.1.6.3. Os projetos executivos devem apresentar o conjunto dos elementos básico necessários e suficientes à execução completa dos serviços, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

6.1.6.4. Quando necessário, elaboração de Relatório Técnico realizando a inter-relação entre os documentos do projeto Básico com os do Projeto Executivo, destacando possíveis ajustes realizados entre estas etapas.

6.1.6.4. Apresentação dos Projetos

6.1.6.4.1. A CONTRATADA deve apresentar o projeto aos órgãos competentes para fins de aprovação.

6.1.6.4.2. Se houver custos com taxas, emolumentos, cópias e certidões necessários à aprovação ou à

6.1.6.4.3. Forma de apresentação e entrega das pranchas do projeto com os elementos gráficos e den

6.1.6.4.4. Para assegurar a uniformidade, homogeneidade e qualidade visual, os elementos gráficos s

6.1.6.4.5. Em todos os serviços devem ser empregadas as respectivas terminologias e simbologias téc

6.1.6.4.6. Os desenhos do projeto (plantas) deverão ser elaborados em CAD, em versão não superior

6.1.6.4.7. As plantas serão numeradas por meio de código alfanumérico, permitindo identificar o projet

6.1.6.4.8. Deverá ser adotado o seguinte formato geral para a numeração das plantas:

CBV-000000-EEE-etapa-XX-RVV.ext;

Onde

CBV: Campus Boa Vista.

000000: Indica o conjunto formado pelos seis dígitos do segundo grupo do NUP (número único do pro

EEE: Especialidade de projeto/serviço por SIGLA, obtida pela combinação de três letras, no Quadro 1.

etapa: estudo preliminar (EP); anteprojeto (AP); projeto legal (PL), projeto básico (PB); projeto executiv

XX: Numeração sequencial da ordem dos arquivos com dois dígitos. (Exemplo: 01, 02, 03...);

RVV: Identificador do número da revisão do arquivo. (Exemplo: R01, R02, R03...);

ext: Extensão do Arquivo.

Quadro 1 - Exemplo de aplicação da regra

SIGLA	PROJETO/SERVIÇO
LEV	Levantamento físico em campo
EST	Projeto de Estrutura

6.1.6.4.9. Quando necessário, as plantas serão plotadas em papel sulfite, com todas as legendas e cotas visíveis, não sendo admitidas rasuras ou emendas;

6.1.6.4.10. Todas as plantas deverão conter carimbos conforme modelos apresentados no MODELO DE CARIMBO do IFRR;

6.1.6.4.11. Os documentos elaborados em padrão "A4" deverão possuir capa de acordo com as orientações do IFRR;

6.1.6.4.12. Os projetos e documentos complementares devem ser entregues à CONTRATANTE devidamente assinados pelo responsável técnico dos serviços, contendo nome completo e Número de Registro do CREA, competente, conforme o caso.

6.1.6.4.13. A CONTRATADA deve entregar os produtos previstos nas etapas devidamente identificados, contendo: nome do IFRR (Campus Boa Vista), título(s) do(s) projeto(s) e data.

6.1.6.4.14 A documentação técnica deverá ser entregue em mídia eletrônica com todos os arquivos digitais que a compõem, nas extensões próprias dos programas utilizados na sua elaboração, bem como em arquivos .PDF devidamente assinados digitalmente.

6.1.7. Memorial descritivo e especificação técnica, contendo e não se limitando a:

6.1.7.1. Especificações de materiais e serviços da solução adotada

6.1.7.2 A especificação da execução dos serviços deve considerar a mínima interferência nas atividades

6.1.7.3. Especificação do tipo de tratamento e a técnica a ser utilizada;

6.1.7.4 Quantidade e especificação dos materiais a serem utilizados na recuperação das estruturas: identificação da localização de cada elemento estrutural.

6.1.8. Orçamento sintético e analítico (composições de custos) dos serviços, contendo minimamente:

6.1.8.1. Os custos da solução adotada devem ser compatíveis com o praticado no mercado e atender os requisitos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.8.2. Planilha orçamentária deverá ser elaborada após a definição do projeto executivo e conter os custos unitários e totais dos serviços que englobam a solução técnica a ser adotada;

6.1.8.3 Na planilha orçamentária não deve ter unidades genéricas e globais, como por exemplo "verba (vb)", "ponto (pt)" ou "conjunto(cj)".

6.1.8.4. Planilha de custos dos materiais e serviços, com a indicação da fonte, exemplo: SINAPI, código da composição, data da consulta, unidade de medida adotada, quantidade, valor unitário e total de cada item:

6.1.8.5. A tabela de referência de preços empregada deverá ser aquela mais recentemente publicada;

6.1.8.6. Nos casos em que custos existentes na tabela de referência principal (por exemplo SINAPI) não representarem adequadamente a obra em questão, deverão ser apresentados relatórios técnicos circunstanciados, que trazem a composição de custo adequada ao caso concreto.

6.1.8.7. A planilha orçamentária e o cronograma físico financeiro devem ser elaborados conforme modelo do IFRR;

6.1.8.8 Deve ser apresentado junto com as peças técnicas orçamentárias a Memória de Cálculo das quantidades inseridas no orçamento sintético, composições de custos unitários, mapa de cotações dos serviços não previstos no SINAPI, e Anotação de Responsabilidade Técnica;

6.1.9. Cronograma físico-financeiro de execução dos serviços:

6.1.9.1. O Cronograma físico financeiro dará suporte ao futuro processo de contratação de empresa para execução dos serviços de adaptação das plataformas;

6.1.9.2. O Cronograma físico financeiro deve ser elaborado conforme MODELO DE CRONOGRAMA do IFRR.

6.1.10. Demais orientações Técnicas, tais como:

6.1.10.1. Uso de crachás e uniformes para identificação quando na visita ao local dos serviços;

6.1.10.2. Uso de Equipamentos de Proteção Individual;

6.1.10.3. Qualificação, especialização e habilitação dos profissionais;

6.1.10.4. Cumprimento de Ordens de Serviço com qualidade e tempestividade;

6.1.10.5. Cumprimento de cronogramas de execução dos serviços firmados na reunião inicial.

6.1.10.6. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e termos ora fornecidos;

6.1.10.7. Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o escopo;

6.1.10.8. Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Levantamento das quantidades dos itens.

Item	Descrição dos Serviços	Quantidade Estimada	Unidade	Preço (R\$)
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil, elétrica e mecânica, para elaboração dos vistoria, laudo, planejamento, elaboração de projetos de adequação e peças orçamentárias e especificações técnicas, e apoio técnico da fiscalização da adequação das 4 (quarto) plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista do IFRR.	1	Unidade	R\$ 25.233,96

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 25.233,96

8.1. Para viabilizar a avaliação do custo, estima-se o valor de R\$ 25.233,96 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos) conforme ANEXO II deste Estudo Técnico, sendo este valor definido através de pesquisa no sistema de referência de preço SINAPI Desonerados para estado de Roraima, data-base 03/2024, com adoção de um BDI com alíquotas médias no percentual total de 29,79%. Os preços apresentados neste anexo devem ser considerados pela(s) licitante(s) como preço máximo, no momento da elaboração de sua proposta comercial, já estando incluso no valor apresentado a incidência do BDI referente aos custos indiretos, lucros e tributos sobre o faturamento de cada serviço.

8.2. Na definição do custo estimativo da contratação apresentados neste documento já estão inclusos todos os impostos e encargos necessários a execução do objeto nos moldes aqui definidos.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme alínea B, do Inc. V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021 deve-se atender o princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vista ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. O disposto, no entanto, não é a solução mais vantajosa para a Administração, sendo a solução mais satisfatória do ponto de vista técnico, gerencial e qualidade do empreendimento, o não parcelamento da solução. Uma vez que o as atividades de laudo e solução técnica, bem como o gerenciamento permanecendo no mesmo Contratado, oferecerá uma maior compatibilidade na solução técnica e um maior nível de controle por parte da Administração na execução dos serviços e na observância do cronograma, já que a responsabilidade e garantia dos resultados estará concentrada em uma só Administração.

9.3. Ressalta-se que em obras de engenharia com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva pode implicar em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega da obra.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A solução escolhida possui relação com o Processo SUAP/IFRR nº 23229.000421.2023-66 - Contratação de pessoa jurídica para adequação da estrutura física das plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista às normas legais.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional – 2024-2028, servindo de apoio para atendimento dos objetivos estratégicos da Dimensão: Planejamento e Desenvolvimento Institucional, presente no Macroprocesso 5: Gestão de Obras e Serviços de Engenharia, tendo como meta: Entregar, até o fim do quinquênio, 100% dos projetos básicos de obras e serviços de engenharia previstos na lista de prioridades de obras e serviços de engenharia.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a contratação almejam-se os seguintes resultados:

- a) Proporcionar maior segurança aos usuários da unidade, de forma que possa permitir e melhorar os serviços desta instituição;
- b) Promover o atendimento a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, de 6 de junho de 2015, e
- c) Garantir o bom funcionamento de suas instalações com conforto e economicidade, oportunizando segurança, saúde de seus usuários, e as condições de trabalho dentro do campus.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Devem ser observados os seguintes requisitos pela Administração, para efetiva execução dos serviços:

14.1.1. A Contratada terá que atender a Ordem de Serviço expedida para início dos serviços, sendo que os profissionais deverão atender aos seguintes requisitos:

14.1.1.1. reunião inicial com gestores e fiscais do contrato;

14.1.1.2. 07 (sete) dias corridos para apresentação dos currículos e comprovação de experiência profissional na área de atuação;

14.1.1.3. 05 (cinco) dias corridos para substituição de funcionário, de acordo com avaliação da Contratante;

14.1.1.4. 07 (sete) dias corridos para efetivação da contratação e apresentação da CTPS assinada e demais documentos pertinentes.

15. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A Contratada deve relacionar práticas de sustentabilidade no planejamento e elaboração dos projetos, e deverá também observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI /MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República. Deve também, conforme art. 18, inc. XII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

14.2. Com tais ações, diante da melhora do planejamento das ações da Diretoria de Administração e Planejamento do Campus Boa Vista, espera-se uma significativa melhoria na redução dos impactos ambientais decorrentes de obras e serviços de engenharia realizados atualmente

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que a solução apresentada por esta equipe atende o interesse do processo eletrônico nº 23229.000221.2024-94, julgamos viável a presente contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Para análise.

RODRIGO CAMPOS MORAIS

Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Para análise.

TATIANE CRISTINA DE JESUS

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 15/07/2024 às 19:20:48.

Despacho: Para análise.

RODRIGO DA SILVA SANTOS

Equipe de Planejamento da Contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PROCESSO 23229.000421.2023-66.pdf (8.8 MB)
- Anexo II - Anexo II - Planilha Formação de Preços.pdf (48.89 KB)

**Anexo I - ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
PROCESSO 23229.000421.2023-66.pdf**

Estudo Técnico Preliminar 26/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23229.000421.2023-66

2. Descrição da necessidade

2.1. Avaliar as alternativas de soluções disponíveis no mercado para adequação das 4 (quatro) plataformas elevatórias do Campus Boa Vista de uso público do Campus Boa Vista, a fim de identificar a solução mais vantajosa dentre as existentes no mercado. Os equipamentos contam com 03 anos de instalação, no entanto, estão sem uso devido a dificuldade de retorno da empresa contratada para correção das falhas apontadas pela comissão de recebimento definitivo. Além disso, verificou-se que os equipamentos apresentam divergências que não atendem às normas ABNT NBR ISO 9386-1:2013, ABNT NBR 14847:2002 e ABNT NBR 9050:2015.

2.2. O campus Boa Vista do IFRR necessita atender a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e a ABNT NBR 9050:2020 e ABNT NBR ISO 9386-1:2013, considerando que as edificações do Campus possuem rampas e escadas de acesso que não atendem integralmente às normas de acessibilidade. A solução de implantação das plataformas elevatórias visou suprir a demanda de acessibilidade dos cidadãos com dificuldade de locomoção e portadores de necessidades especiais, possibilitando o acesso desde o térreo da edificação ao pavimento superior, onde estão alguns setores estratégicos da unidade.

2.3. As edificações do campus são antigas, e a demolição foi considerada uma solução inviável à época da aquisição, e considerando as especificações das plataformas instaladas, há a necessidade urgente de adequação às normas de acessibilidade, para que possamos colocá-las em uso, e atender ao público.

2.4. Diante do exposto, torna-se imprescindível proceder no sentido de contratar nova empresa para adequação das plataformas às normas, priorizando a atualização e inovação importantes nos equipamentos, tais quais: pintura das estruturas; correção de deformação na estrutura de aço, se possível; revisão dos componentes elétricos e mecânicos; correção da base, para evitar acúmulo de umidade no piso da caixa; proteção dos componentes (por exemplo engrenagens e unidade de acionamento); colocação de dispositivo de bloqueio mecânico e aviso contendo instruções para seu uso seguro; colocação de instruções de operação quando o aviso de que o freio de segurança deve ser liberado e rearmado somente por pessoa competente; incorporar dispositivo de segurança que corte a alimentação de energia elétrica do motor e do freio até que o cabo seja corretamente tensionado; fornecimento de um dispositivo de emergência, afixação de etiqueta indicando o sentido de movimento da plataforma; afixação de instrução de operação da válvula de comando manual para rebaixamento da plataforma; proteção dos tubos rígidos e mangueiras flexíveis por meio de dutos de proteção; inclusão de proteção das partes móveis e impedir a incrustação das roscas dos parafusos com sujeira ou outros materiais estranhos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Planejamento	Tatiane Cristina de Jesus

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

4.1.1. Os serviços de modernização deverão cumprir os requisitos das seguintes normas:

4.1.1.1. ABNT NBRR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

4.1.1.2. ABNT NBR ISO 9386-1:2013 – Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – requisitos para segurança, dimensões e operação funcional – Parte 1: Plataformas de elevação vertical.

4.1.1.3. Bem como as demais normas elencadas no item 3 dos Estudos Preliminares, de forma a garantir os requisitos mínimos de segurança e confiabilidade de operação.

4.2. Requisitos de capacidade técnica

4.2.1. Para comprovar a sua capacidade técnica em executar os serviços, a contratada deverá atender as seguintes condições de qualificação:

4.2.2. CERTIDÃO DE REGISTRO INSCRIÇÃO Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da empresa licitante e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), no ramo de atividade de técnico em mecânica ou engenharia mecânica, e/ou conselho dos técnicos industriais da região a que estiverem vinculados, com prazo de validade em vigor, pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação;

4.2.3. A empresa licitante e os seu(s) responsável(is) técnico(s) que não sejam registrados/inscritos no do CREA, deverão apresentar de que, na ocasião da assinatura do contrato, **DECLARAÇÃO** providenciarão os respectivos vistos deste órgão regional, em atenção à , de 27 de Resolução do CONFEA nº 413 junho de 1997;

4.2.4. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA (OPERACIONAL), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde se atesta(m) que a empresa tenha executado prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por período não inferior a dois anos.

4.2.5. Para a comprovação do quantitativo mínimo, a licitante deverá demonstrar ter prestado os mesmos serviços em ao menos 2 (duas) plataformas elevatórias, cujos resultem em pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de plataformas elevatórias do prédio do Campus Boa Vista.

4.2.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.2.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme ditem 10.8 ;IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;

4.2.8. Para a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os dois anos serem ininterruptos, conforme doitem 10.7.1 da ;Anexo VII-A IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

4.2.9. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

4.2.10. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

4.2.11. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que se comprove(m) que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para abertura da sessão, profissional(is) de nível superior, devidamente reconhecido (s) pelo CREA, na área de engenharia mecânica, detentor(es) de () com registro do(s) atestado(s) Certidão de Acervo Técnico (CAT) com registro do (s) atestado(s) apresentado (s), por execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação;

4.2.12. O(s) profissional(ais) indicado(s) pelo licitante, deverá(ão) ser o responsável(is) técnico(s) da prestação do serviço; admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente aprovada pela Administração do *Campus*.

4.2.13. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) referido(s) no subitem 3., será feita através de cópia do contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum, devidamente registrado em cartório e no , ou cópia do contrato societário; ou cópia da Carteira de Profissional Empregado, onde deva constar a qualificação e o registro do empregado ou; a Ficha de Registro de Empregado (FRE);

4.2.14. Admitir-se-á, para fins de habilitação técnica, a declaração de que o licitante contratará, até a data de assinatura do contrato decorrente dessa licitação, o(s) profissional(ais) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) nessa fase, acompanhada de anuência desse(s) profissional(ais) em trabalhar na prestação do serviço;

4.2.15. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) da Certidão de Acervo Técnico do(s) profissionais(is) indicado(s), e também poderá(ão) estar acompanhado(s) de sua(s) respectiva(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrado(s) e averbado(s) no CREA, sendo a CAT obrigatória;

4.2.16. DECLARAÇÃO de que disporá, por ocasião da futura contratação, do pessoal técnico considerado essencial para a execução contratual. Tal equipe deve ser constituída por profissionais com as habilitações mínimas e exigências abaixo descritas:

- a. 1. Engenheiro Mecânico com formação em estabelecimento de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação, com registro técnico no CREA;
- b. 2. Mecânico de manutenção em plataformas elevatórias com experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos;
- c. 3. A comprovação do vínculo profissional deverá ser feita por meio de apresentação de cópias das Carteiras de Trabalho (CTPS), ou fichas de registro de empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da CONTRATADA, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou de declaração de contratação futura do profissional, com anuência deste, ou, ainda, por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum;

- d. 4. Os profissionais indicados pela CONTRATADA, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço, objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.
- e. 5. DECLARAÇÃO da licitante de que, sendo vencedora da Licitação, imediatamente após a celebração do Contrato, providenciará, junto ao CREA, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (Artigo 1º da Lei nº 6.496/1977).
- f. 6. Apresentar no Registro Órgão Municipal Competente Gerência de Engenharia Mecânica GEM, nos ramos de fabricação, instalação e conservação de aparelhos de transporte, conforme preceitua a Lei nº 2.743 de 07/01/1999 – Instalação e Conservação de Aparelhos de Transporte no Município de Boa Vista.

4.2.17. Cumprir as condições de habilitação jurídica conforme item 10.2 Anexo VII-A da IN 05/2017; e

4.2.18. Cumprir as condições de habilitação econômico-financeira conforme item 11 Anexo VII-A da IN 05/2017.

4.3. Requisitos de acessibilidade:

4.3.1. Cumprir o que determina a Lei nº 10098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade a saber Norma Brasileira ABNT NBR 9050/2020

4.3.2. Cumprir o que determina o Decreto nº 5296 de 02/12/2004 que regulamenta as leis 10048 de 08/11/2000 e 10098 de 19/12/2000;

4.4. Requisitos técnicos da contratação:

4.4.1. Os requisitos técnicos devem ser detalhados no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

4.5. Definição da natureza continuada ou não dos serviços

4.5.1. O serviço objeto desta contratação não possui natureza continuada, visto que será estabelecido prazo de execução dos serviços de adaptação de 04 plataformas elevatórias (contrato por escopo).

4.6. Da prestação do serviço sem dedicação exclusiva da mão de obra. (art. 17 da IN nº 05 /2017)

4.6.1. A prestação dos serviços NÃO gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se expressamente qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Neste modelo de execução contratual procura-se contratar o serviço, e não a mão de obra para execução.

4.6.2. É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo do (art. 05 da IN 05/2017).

4.7. Do objeto que se enquadra na modalidade do Pregão

4.7.1. Conforme previsto no art. 6º, Inc. XLI, da Lei Nº 14.133/2021, o Pregão visa a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços de engenharia.

4.7.2. A mesma lei define serviço de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, e que não

se enquadre no conceito de obra a que se refere o inciso XII, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;”

4.7.3. Os serviços de adaptação das plataformas possuem padrões de desempenho e qualidade e são objetivamente definidos por especificações usuais do mercado, onde inúmeras empresas prestam esse tipo de serviço, existindo disponibilidade imediata para sua execução, além de permitir o pré-estabelecimento do prazo de execução dos serviços e prazo de vigência do contrato. Conclui-se assim que o objeto deste contrato se trata da execução de serviço comum de engenharia.

4.8. Práticas de sustentabilidade ambiental

4.8.1. O art. 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, normatiza que “ as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas”.

4.8.2. Assim, deverá a Contratada adotar, sem prejuízo aos demais normativos, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber:

4.8.3. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.8.4. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.8.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.8.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.8.7. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.8.8. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3/11/1995 e do Decreto nº 5.940, de 25/10/2006;

4.8.9. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.8.10. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

4.8.11. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448 /2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 2010;

4.8.12. A Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005.

4.8.13. Ainda de acordo com deverá ser inserido no Edital da contratação, os requisitos abaixo:

4.8.13.1. No Edital da contratação: Item de habilitação jurídica da empresa:

“x) Para o exercício de atividade que envolva produção industrial, importação, comercialização ou utilização de produtos preservativos de madeira: ato de registro ou cadastramento expedido pelo IBAMA, nos termos dos artigos 1º e 14 da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos

Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.”

4.8.13.2. Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:

“x) Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma **RELAÇÃO DOS PRODUTOS PRESERVATIVOS DE MADEIRA** que pretende utilizar na execução dos serviços, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.

x.1). O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro no IBAMA dos produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, que pretende utilizar na execução dos serviços, nos termos do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.”

4.8.13.3. No TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:

“As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela contratada e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.

4.8.13.4. Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:

“Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.

4.8.13.5. Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:

Os produtos preservativos de madeira a serem utilizados na execução dos serviços, inclusive os importados, deverão estar previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.

4.9. Avaliação da duração do Contrato

4.9.1. O Contrato terá vigência de 12 meses, prorrogável por igual período. O Contrato de prestação de serviços vigorará a contar da data de sua assinatura, tendo validade e eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

4.10. Transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas na transição contratual

4.10.1. Após a assinatura do contrato deverá ocorrer uma reunião, com a presença das partes interessadas, com o objetivo de esclarecer pelo menos os seguintes pontos:

- o objeto do contrato e o modelo de execução do objeto;
- a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer primordialmente entre representantes da organização e o preposto da contratada;
- as providências previstas para a inserção da contratada na organização;

- o modelo de gestão do contrato, que inclui a forma de acompanhamento dos trabalhos (e.g. mediante relatórios de prestação dos serviços entregues pela contratada e reuniões mensais entre as partes);
- informações sobre o sistema de gerenciamento dos serviços;
- as formas de recebimento provisório e definitivo;
- as sanções e glosas aplicáveis;
- os procedimentos de faturamento e pagamento;
- detalhar os campos da OS na reunião, os critérios de qualidade utilizados e as situações que ensejem a recusa de produtos e serviços;
- estabelecimento de cronograma de execução dos serviços.

4.10.2. Findo o contrato, a Contratada permanecerá responsável pelos serviços por ela executados, pelo prazo definido na legislação específica. Todos os aspectos formais e práticos da rescisão do contrato (seja por decurso final do prazo, seja por renúncia de uma das partes), serão acompanhados pela gestão do Campus Boa Vista, visando a garantir que todas as obrigações da contratada, sejam integralmente cumpridas.

4.10.3. Além disso, a empresa contratada deverá emitir um relatório técnico, elaborado pelo responsável técnica do contrato, informando a condição das plataformas elevatórias ao finalizar o contrato, listando as modificações feitas no período, as peças e insumos utilizados para registro em histórico.

4.10.4. Caso os equipamentos tenham atualização de software disponível pelo fabricante no período, na transição do contrato, o software instalado deverá estar em sua última versão.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A analisarmos o mercado vimos que existem duas maneiras principais de se adaptar as plataformas às normas de acessibilidade:

5.1.1. Solução 1 - Substituição: consiste na substituição completa dos equipamentos, ou seja, as novas plataformas elevatórias.

5.1.2. Solução 2 - Modernização Parcial: consiste na substituição de componentes das plataformas elevatórias, aproveitando parcialmente outros sistemas existentes.

Para obtenção do orçamento junto às empresas, foi enviado ofício e e-mails com as especificações e requisitos da contratação para as seguintes empresas:

- M E Serviços de Instalações Ltda
- Elevadores Brasil Ltda
- Rondon Elevadores Ltda
- B27 Comércio e Manutenção de Elevadores Eireli
- Ribeiro Lopes Consultoria e Serviços Ltda

As empresas B27 Comércio e Manutenção de Elevadores Eireli e Ribeiro Lopes Consultoria e Serviços Ltda não retornaram contato e nem enviaram propostas para a referida contratação. As empresa M E Serviços de Instalação Ltda, Elevadores Brasil Ltda e Rondon Elevadores Ltda retornaram contato e agendaram vistoria no campus Boa Vista, para elaborarem as propostas.

As empresa ME Serviços de Instalação Ltda, Elevadores Brasil Ltda e Rondon Elevadores Ltda realizaram vistoria nas plataformas, e enviaram suas propostas, conforme anexo I do Estudo Técnico Preliminar.

QUADRO RESUMO	
EMPRESA	VALOR DAS PROPOSTAS
M E Serviços de Instalação Ltda	R\$ 147.440,00
Elevadores Brasil Ltda	R\$ 148.800,00
Rondon Elevadores Ltda	R\$ 149.420,00
Média de Preços	R\$ 148.553,33

5.2. Conforme Acórdão do TCU nº 6.237/2016, foram adotadas as medidas cabíveis para promover a necessária pesquisa de preços que represente, o mais fielmente possível, os preços praticados pelo mercado, levando em conta contratações da Administração Pública. Esta será focada nas contratações no âmbito nacional, concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta pesquisa de preços.

Quantidade de Itens de Compra: 4

ORDENAR: Valor unitário

Opções	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSER	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade ofertada	Valor unitário	Fornecedor	Órgão	UASG - Unidade Gestora	Data da Compra
<input checked="" type="checkbox"/>	00061/2022	00002	Pregão	4383	OBRAS CIVIS DE INSTALACAO DE ELEVADORES	UNIDADE	1	R\$ 69.300,00	METALLURGICA ASCURRA LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA	925480 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA	13/12/2022
<input checked="" type="checkbox"/>	00006/2023	00001	Dispensa de Licitação	4383	OBRAS CIVIS DE INSTALACAO DE ELEVADORES	UNIDADE	1	R\$ 98.000,00	EMPRESA BRASILEIRA DE ELEVADORES LTDA	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-GO	926391 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-GO	22/02/2023
<input checked="" type="checkbox"/>	00001/2023	00001	Pregão	4383	OBRAS CIVIS DE INSTALACAO DE ELEVADORES	UNIDADE	1	R\$ 249.800,00	B27 COMERCIO E MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA	925480 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA	16/02/2023
<input checked="" type="checkbox"/>	00008/2023	00001	Pregão	4383	OBRAS CIVIS DE INSTALACAO DE ELEVADORES	UNIDADE	1	R\$ 380.000,00	EMPRESA BRASILEIRA DE ELEVADORES LTDA	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	510678 - GERENCIA REGIONAL EM BRASILIA	02/06/2023

Fonte: Painel de Preços, acesso em 12 de julho de 2023.

5.1.3. Ao pesquisar as contratações de outros órgãos no sistema painel de preços do governo federal, foi possível obter apenas 04 contratações referente ao CATSER 4383 (Obras civis de instalação de elevadores), e após analisar cada pregão, observamos que somente o Pregão 61/2022 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima atenderia a solução 1, colocada por esta equipe de planejamento da contratação. O resultado da licitação para o item foi de R\$ 69.300,00 (sessenta e nove mil e trezentos reais) para 1 (uma) unidade de plataforma elevatória. Assim, calculando para nossa realidade, que seria de 4 (quatro) unidades de plataformas elevatórias, a nova aquisição chegaria ao montante de R\$ 277.200,00 (duzentos e setenta e sete mil e duzentos reais).

5.1.4. Os valores dessas contratações obtidas no Portal de Compras Governamentais não serão utilizados para formar o preço estimativo da contratação em tela tendo em vista não serem totalmente similares, possuindo especificações diferentes. Sendo assim, para compor o preço estimativo da contratação em tela, serão utilizados os valores obtidos nas propostas comerciais

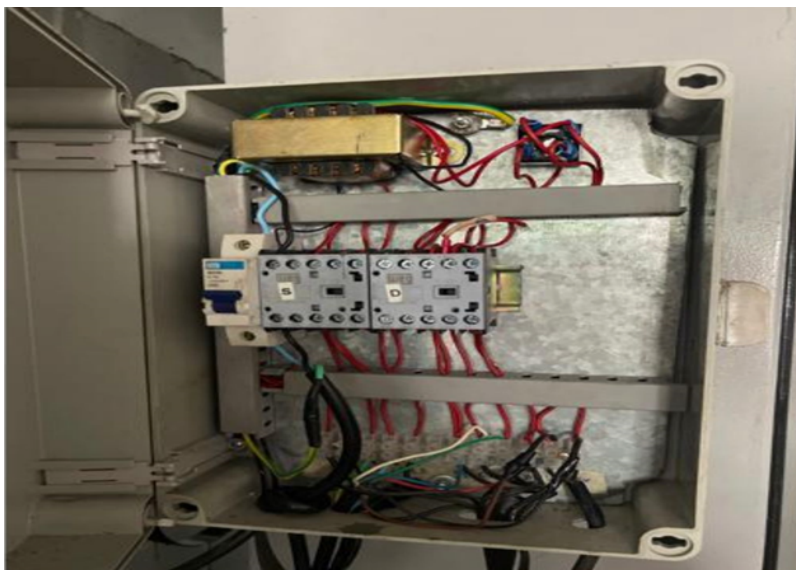
fornecidas pelas empresas contactadas que levaram em conta as características da edificação onde os elevadores estão instalados.

5.1.5. Para analisar a segunda solução, fizemos consulta no painel de preços do governo federal com o CATSER 3557 e 20338, e encontramos somente serviços de manutenção preventiva e corretiva de plataformas elevatórias, o que não atende o objeto pretendido na solução que seria somente execução de serviços para adaptação das plataformas elevatórias às normas, para colocá-las em funcionamento.

5.1.6. Após realizar vistoria nas plataformas elevatórias, chegamos a conclusão que, para garantir a segurança dos usuários mantendo o padrão de confiabilidade e o nível atual de tecnologia usualmente empregada, a maioria dos componentes deverão ser substituídos tais como: atualização dos quadros de comando, novas máquinas de tração, cabos de tração, limitadores de velocidade, freios de segurança, atualização estética das cabinas, botoeiras de cabina e pavimento e indicadores e demais itens de segurança para cumprir as exigências legais.

5.7. Neste caso, os componentes que podem ser aproveitados são as guias da cabine e do contrapeso, os contrapesos e para-choques. Considerando que os equipamentos nunca foram colocados em uso, ou seja, que são novos, e ainda considerando o dispêndio para aquisição de novos equipamentos, indicamos que o ideal é proceder na substituição parcial dos itens das plataformas elevatórias, evitando assim problemas futuros de não atendimentos as Lei nº 10.098/2000, Lei nº 13.146/2015, e a ABNT NBR 9050/2020 e ABNT NBR ISO 9386-1:2013.

Situação das Plataformas Elevatórias:



Fonte: foto do comando elétrico da plataforma 1 (prédio da Biblioteca)



Fonte: Foto da base da plataforma 1 (prédio da Biblioteca)



Fonte: Foto da base da plataforma 1 (prédio da Biblioteca)



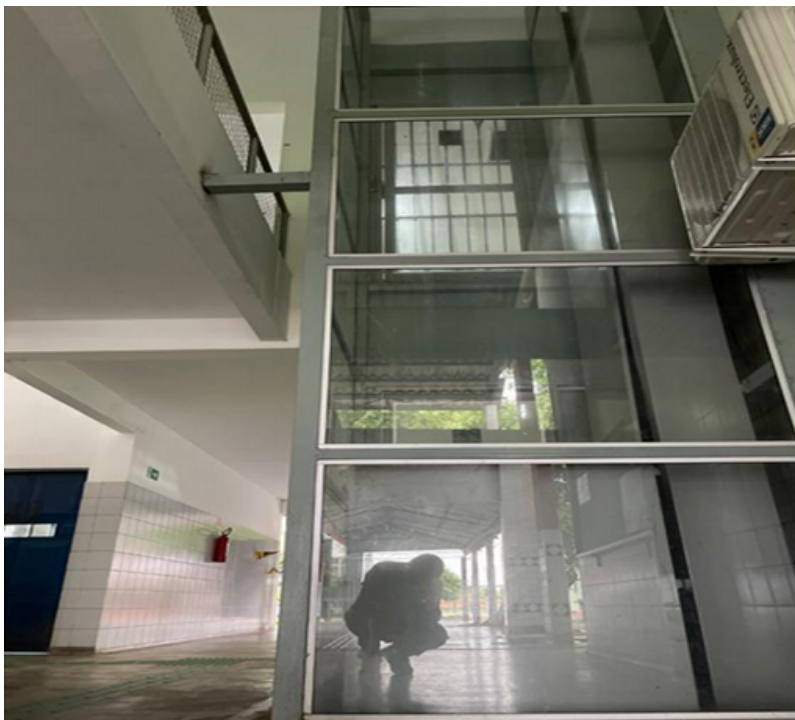
Fonte: Foto da base da plataforma 1 (prédio da Biblioteca)



Fonte: Foto da base da plataforma 1 (prédio da Biblioteca)



Fonte: Foto da plataforma 1 (prédio da biblioteca)



Fonte: Foto da plataforma 2 (Predio do Deg e Dead)



Fonte: Foto da plataforma 3 (Prédio do Restaurante)



Fonte: Foto da plataforma 4 (bloco das salas de aulas)

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Os serviços listados no anexo II deste estudo, a serem executados visam a adaptar as quatro plataformas, adequando-os às normas técnicas e de segurança e acessibilidade atualmente vigentes, a melhoria do desempenho operacional, aumentando o conforto, o bem estar e a confiabilidade dos usuários.

6.2. Além disso, após o recebimento dos serviços, a Contratada prestará garantia dos serviços executados.

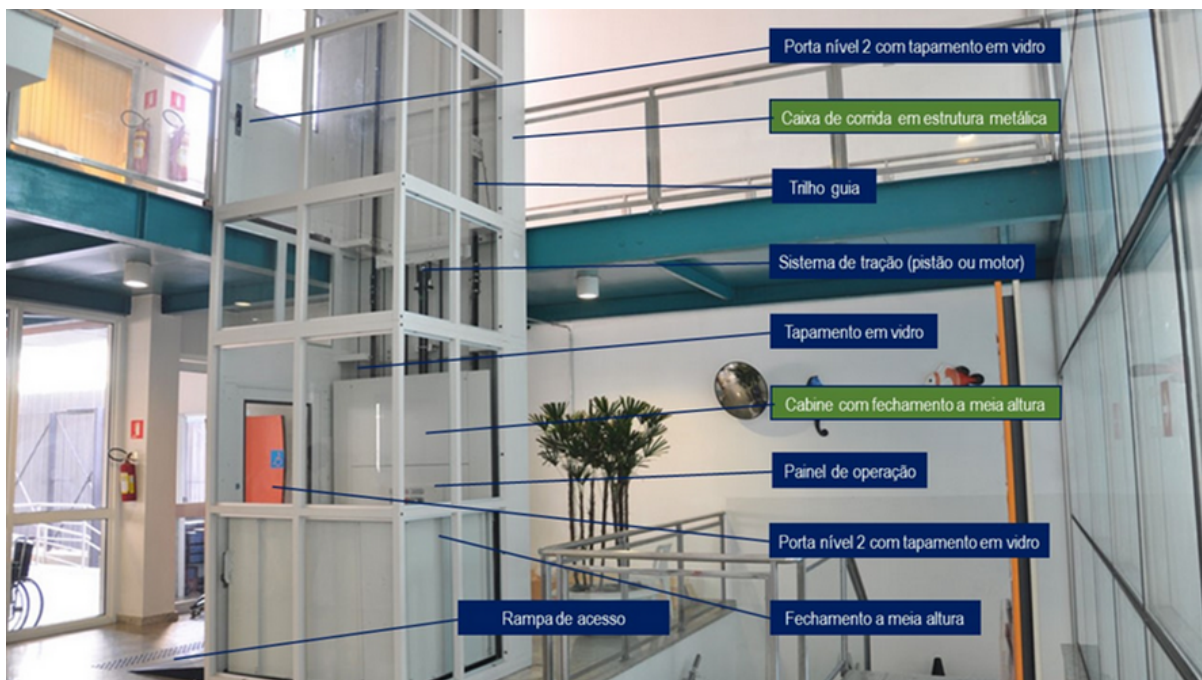
6.3. Manter plantão de emergência com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, devendo ser informado à CONTRATANTE os números de telefone para contato.

6.4. Entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica.

6.5. Executar diretamente os serviços elencados no Anexo II deste Estudo Técnico, sem transferência de responsabilidade.

6.6. Entregar o Plano de Manutenção Preventiva elaborado pelo responsável técnico do contrato de acordo com a NBR 16.083/2012.

6.7. Em consulta ao site de Engenharia de Elevação foi observado o modelo que se aplica as plataformas instaladas no campus Boa Vista, conforme imagem abaixo:



6.8. Observa-se que o modelo dela é para ambiente de acesso público, tendo assim que ser de caixa enclausurada para percursos maiores até 4 metros, velocidade nominal não excedente a 0,15 m/s, e cuja linha de deslocamento não exceda 15° em relação à vertical, e cuja carga nominal é não inferior a 250kg, conforme define a **ABNT NBR ISO 9386-1**

6.9. Sendo assim, os serviços deverão atender os seguintes componentes de segurança para as plataformas verticais de acessibilidade e apresentar os seguintes itens como obrigatórios, conforme define a NBR ISO 9386-1:

1. Limitador de velocidade,
2. Freio de segurança,
3. Sensor anti-esmagamento,
4. Botoeira de emergência,
5. Interfone de comunicação, importante para quando a caixa de corrida é enclausurada e precisamos prevenir que, caso alguém fique preso dentro da plataforma, teremos uma forma segura de comunicação com essa pessoa
6. Sistema de travamento de porta que garante que a plataforma só se locomova com a porta fechada e permitindo que a porta somente seja aberta caso a plataforma esteja no andar da porta
7. Sistema de resgate manual para operar a plataforma manualmente, em caso de queda de energia elétrica.
8. Bateria de emergência para o caso de energia elétrica, que permite acionamento da iluminação de emergência, e, em alguns casos, permite operar a plataforma por mais algum período
9. Os materiais usados na construção da plataforma de elevação não devem favorecer a combustão e nem deve ser perigoso, e assim como os elevadores de passageiros normais, as plataformas de acessibilidade vertical não devem ser usadas em caso de incêndio.
10. Acabamento antiderrapante no piso da cabine.

6.10. Medidas preventivas para segurança pessoal dos técnicos de manutenção:

- 6.10.1. O técnico deve se apresentar para o trabalho uniformizado e em posse de todo o Equipamento de Proteção Individual – EPI, fornecido pela empresa Contratada;
- 6.10.2. O uso de uniformes folgados deve ser evitado, e os botões, particularmente aqueles do punho, abotoados, colares, pulseiras, adornos e assemelhados são proibidos;
- 6.10.3. O técnico deverá sempre estar atento para objetos móveis na casa de máquinas ou sobre o topo do carro como polias contrapeso, carros adjacentes, cames, projeções na caixa de corrida tais como vigas, e qualquer outro equipamento ligado diretamente ou montado na caixa de corrida;
- 6.10.4. A folga superior do topo da caixa de corrida, onde carros se movem em espaços superiores limitados, possui alto potencial de risco de acidentes, quando os técnicos estão no topo do carro;
- 6.10.5. Quando no poço, o técnico deve sempre observar a posição do carro mantendo-se também livre do contrapeso descendente do elevador;
- 6.10.6. A chave geral de força deve ser desligada quando for possível;
- 6.10.7. Antes de iniciar a verificação de um elevador, o técnico deve primeiro assegurar-se de que dispositivo de operação, botão de emergência, e quaisquer outros dispositivos ou interruptores de segurança estão em posição apropriada de trabalho;
- 6.10.8. Onde provida botoeira de inspeção no topo do carro, o técnico deverá usá-la para operar o carro quando estiver em cima do mesmo, lembrando-se sempre de fixar o cinto de segurança em local adequado;
- 6.10.9. Os técnicos nunca devem entrar em poços que contenham água.

6.11. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) mínimos exigidos:

- 6.11.1. Uniforme fechado com identificação da empresa, Cinto de segurança e acessórios, Óculos de proteção, Sapatos de segurança, Capacete, Luvas apropriadas ao tipo de serviço.
- 6.11.2. Ferramentas recomendadas para manutenção (lista não exaustiva):

6.11.2.1. 1 alicate de pressão, 1 alicate universal de 8" para eletricista, 1 alicate de bico 6" para eletricista, 1 alicate de corte 6" diagonal para eletricista, 1 jogo de chaves fixas de ¼ a ¾", 1 jogo de chaves fixas de 6 mm a 18 mm, 1 jogo de chaves estrela de ¼ a ¾", 1 jogo de chaves estrela de 6 mm a 18 mm, 1 nível metálico, 1 jogo de chaves Allen, 1 jogo de chaves TORX, 1 lanterna com carcaça de material não condutor de eletricidade, 1 chave de fenda de 1/8" x 8", 1 chave de fenda 1/8" x 6", 1 chave de fenda ¼" x 4", 1 chave de fenda 3/8" x 6", 1 chave de fenda ½" x 8", 1 chave de fenda Phillips Nº 2, 1 chave triângulo para abertura de porta de pavimento, 1 martelo pequeno, preferivelmente do tipo de pena ou esférica com 0,2 kg, 1 espelho pequeno de metal, 1 calibrador de folgas com jogo de lâminas, 1 giz ou lápis para marcação, 1 paquímetro, 1 trena de 5 m de comprimento, 1 multímetro automático, 1 alicate amperímetro, 1 rolo de fita isolante.

6.12. Providências necessárias antes do início da manutenção de rotina:

- 6.12.1. Entrar em contato com o chefe do Departamento Infraestrutura e Manutenção do Campus;
- 6.12.2. Tomar conhecimento de eventuais problemas com as plataformas elevatórias e anotá-los para as devidas providências;
- 6.12.3. Preencher o livro de ocorrências;
- 6.12.4. Solicitar a chave da casa de máquinas;
- 6.12.5. Estabelecer com o chefe de Departamento de Infraestrutura e Manutenção do Campus a melhor estratégia de desligamento das plataformas elevatórias quando for realizar os serviços;
- 6.12.6. Colocar os avisos de manutenção de rotina nas plataformas elevatórias a serem executados os serviços e em todos os pavimentos;
- 6.12.7. Antes de subir no teto da cabina e iniciar os serviços, mudar a chave da botoeira de inspeção para o comando de baixa velocidade;
- 6.12.8. Ao subir no teto da cabina prender o cinto de segurança em uma parte rígida da cabina.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para a contratação pretendida, a relação da demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratado é a contratação em regime de execução indireta para adaptação de 04 (quatro) plataformas elevatórias instalados no campus Boa Vista com uma garantia de 12 (meses), sendo que este serviço é estritamente necessário para garantir o funcionamento eficaz das plataformas elevatórias, a segurança dos usuários e a normalização do funcionamento das atividades neste prédio, que está comprometido devido as condições expostas nas fotos no item 2, deste Estudo.

Item	Descrição	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade
1	Contratação de pessoa jurídica para adequação da estrutura física das plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista às normas legais.	4383	Unidade	4

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 148.553,33

8.1. Para formação do preço de referência foi solicitado orçamento a diversas empresas especificamente para elaboração deste Estudo.

QUADRO RESUMO	
EMPRESA	VALOR DAS PROPOSTAS
M E Serviços de Instalação Ltda	R\$ 147.440,00
Elevadores Brasil Ltda	R\$ 148.800,00
Rondon Elevadores Ltda	R\$ 149.420,00
Média de Preço	R\$ 148.553,33

8.2. Assim, o preço médio para execução dos serviços é de R\$ 148.553,33 (cento e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução não comporta o parcelamento pois o serviço de modernização das plataformas elevatórias, como especificado no objeto deste Estudos Preliminares, usualmente é realizado por única empresa de engenharia, que detém a tecnologia e know-how específicos, por questões técnicas que assim o determinam, em razão do alto nível tecnológico embarcado, sistemas eletromecânicos e eletrônicos trabalhando de maneira integrada, dentre outras questões de compatibilidade.

9.2. Portanto, dividir o objeto em parcelas não se mostra técnica e economicamente viável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Há a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, com dedicação de mão de obra, para a função de engenheiro mecânico, e posteriormente, de serviços continuados de manutenção preventiva e corretivas nas plataformas elevatórias, para que o objetivo desta contratação seja mantido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional – 2024-20283, servindo de apoio para atendimento dos objetivos estratégicos da Dimensão:

Planejamento e Desenvolvimento Institucional, presente no Eixo: Políticas de Desenvolvimento Institucional, tendo como objetivo estratégico: garantir infraestrutura física adequada e sustentável às necessidades educacionais e administrativas, bem como no Plano Anual de Contratações 2024, registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Portal de Compras do Governo Federal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido com a presente contratação é o perfeito funcionamento de todas as plataformas elevatórias em tempo integral, atendendo às normas ABNT NBR ISO 9386-1: 2013, ABNT NBR 14847:2002 e ABNT NBR9050:2015.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para realização desta presente contratação, a Administração deverá abrir um processo de contratação de empresas especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, com dedicação de mão de obra, para a função de engenheiro mecânico, em apoio ao Departamento Técnico de Engenharia e Obras-DETEO, para elaboração dos estudos, planejamento, elaboração, desenvolvimento, execução e acompanhamento e fiscalização dos projetos de adequação da estrutura física das plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista às normas legais. O que justifica e motiva esta contratação é a necessidade de adequação dessas plataformas às normas legais, estes equipamentos são bem mais complexos possui um conjunto de edificações com grande diversidade de instalações, como por exemplo, elétricas (baixa, média e alta tensão), mecânicas (máquinas e elevadores), hidráulicas, climatização, proteção contra incêndio (hidrantes, extintores, sprinklers, portas corta-fogo, detector de gás e calor por alarme), telefonia e lógica, entre outros. Os serviços comuns de engenharia já estão plenamente incorporados à rotina funcional do DETEO, contribuindo de forma significativa para a eficiência do funcionamento das unidades do IFRR, principalmente no que diz respeito à manutenção da estrutura predial. As adequações contínuas nas edificações e instalações, devidamente subsidiadas por planejamentos e projetos específicos e acompanhamentos especializados, são fundamentais para garantir o bom desempenho das atividades funcionais e a segurança dos alunos, servidores e visitantes do campus. Apesar do IFRR, conter em seu quadro profissional com o cargo de engenheiro mecânico, o mesmo não possui a especialidade e desempenho para executar um projeto dessa natureza, então esta contratação garantirá de forma duradoura e segura a execução dos serviços de engenharia, baseada em projetos bem planejados e devidamente executados, evitando eventuais improvisos.

13.2. O Campus Boa Vista viabilizará o acesso da equipe a todas as áreas onde deverão ser realizados os serviços, objetivando o bom andamento da execução do trabalho.

13.3. Ao final da licitação, os fiscais do contrato serão comunicados a respeito de todos os requisitos da contratação, de forma a estarem aptos para fiscalizar o contrato

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os possíveis impactos ambientais do serviço a ser contratado diz respeito aos materiais que serão utilizados em sua execução, bem como o descarte de eventuais resíduos;

14.2. Assim, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, devem ser utilizados, sempre que possível, materiais que sejam reciclados, reutilizados ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

14.3. Além disso, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e e as normas relativas a sistemas de gestão ambiental; Qualidade Industrial - INMETRO ISO nº 14.000.

14.4. Com relação à gestão de resíduos, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

14.5. Serão inseridas como obrigações da contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto:

14.6. Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como:

I - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

II - Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

III - Racionalização/economia no consumo de energia e água;

IV - Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pela Prefeitura Municipal quando aplicável no local que prestados os serviços;

V - Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

14.7. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

14.8. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no da , de 19/01/2010, Artigo 6º Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

I - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

III - Observar a Resolução CONAMA nº 20 , de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

VI - Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, se usadas, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;

VII - Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Do estudo pode-se concluir que a solução 2 - modernização parcial das plataformas, tem um menor impacto financeiro à Instituição. No entanto, é necessário que o profissional engenheiro mecânico elabore os projetos necessários para complementação do Termo de Referência da Contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Para conhecimento e aprovação

TATIANE CRISTINA DE JESUS

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 19/02/2024 às 19:31:00.

Despacho: Para conhecimento e aprovação

ALMERES FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Equipe de Planejamento da contratação

Despacho: Para conhecimento e aprovação

JAMIL LIMA DA SILVA

Equipe de Planejamento da contratação

Despacho: Para conhecimento e aprovação

RODRIGO CAMPOS MORAIS

Equipe de planejamento da contratação

Despacho: Para conhecimento e aprovação

RICARDO DA SILVA FERREIRA

Equipe de planejamento da contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - PROPOSTAS DE PREÇOS.pdf (1.92 MB)
- Anexo II - Anexo II - Serviços a serem executados.pdf (301,4 KB)

Anexo I - ANEXO I - PROPOSTAS DE PREÇOS.pdf



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Direção-Geral do Campus Boa Vista
Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista - RR, CEP 69.303-340
gabinete.boavista@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

OFÍCIO 505/2023 - DG-CBV/IFRR

Boa Vista, 12 de julho de 2023.

À Senhora
BRUNA PALOMA DA SILVA COSTA CARNAUBA
Representante
Empresa M E SERVICOS DE INSTALACOES LTDA
AV. Equador, 394 - Bairro: Said Salomão
CEP 69.310-753 Boa Vista/RR
E-mail: m.e.instalacoes@hotmail.com

Assunto: Solicita propostas técnica comerciais e orçamento para execução de serviços de engenharia para adequação da estrutura física das plataformas elevatórias instaladas no *Campus Boa Vista*.

Prezada Senhora,

Considerando a abertura dos processos de Contratação de pessoa jurídica para adequação da estrutura física, do elevador e plataformas elevatórias instalados no *Campus Boa Vista* às normas legais, e considerando a expertise desta renomada empresa, solicitamos o fornecimento de propostas técnicas comerciais e orçamentos para execução dos referidos serviços de engenharia.

Na oportunidade, solicitamos que as peças técnicas sejam desmembradas sendo uma para o elevador, e a outra para as quatro plataformas, uma vez que, os processos de contratação são distintos.

Desde já agradecemos pelo apoio.

Atenciosamente,

JOSEANE DE SOUZA CORTEZ
Diretora-Geral do *Campus Boa Vista*
PORTARIA N° 1.235 - GAB/REITORIA/IFRR, de 18/12/2020
DOU n° 244, Seção 2, de 22/12/2020

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joseane de Souza Cortez, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG-CBV (CBV)**, em 12/07/2023 18:41:22.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 220806

Código de Autenticação: d02f2ef30e





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Direção-Geral do Campus Boa Vista
Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista - RR, CEP 69.303-340
gabinete.boavista@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

OFÍCIO 506/2023 - DG-CBV/IFRR

Boa Vista, 12 de julho de 2023.

À Senhora
ERMILIO FREIRES DE SOUZA
Representante
Empresa ELEVADORES BRASIL LTDA
Av. Carvalho Leal - n° 162 - Bairro: Cachoeirinha -
CEP 69.065- Manaus/Amazonas
E-mail: atendimento@elevadoresbrasil.com.br

Assunto: Solicita propostas técnica comerciais e orçamento para execução de serviços de engenharia para adequação da estrutura física das plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista.

Prezada Senhora,

Considerando a abertura dos processos de Contratação de pessoa jurídica para adequação da estrutura física, do elevador e plataformas elevatórias instalados no *Campus* Boa Vista às norma legais, e considerando a expertise desta renomada empresa, solicitamos o fornecimento de propostas técnicas comerciais e orçamentos para execução dos referidos serviços de engenharia.

Na oportunidade, solicitamos que as peças técnicas sejam desmembradas sendo uma para o elevador, e a outra para as quatro plataformas, uma vez que, os processos de contratação são distintos.

Desde já agradecemos pelo apoio.

Atenciosamente,

JOSEANE DE SOUZA CORTEZ
Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista
PORTARIA N° 1.235 - GAB/REITORIA/IFRR, de 18/12/2020
DOU n° 244, Seção 2, de 22/12/2020

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joseane de Souza Cortez, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG-CBV (CBV)**, em 12/07/2023 18:41:49.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 220813

Código de Autenticação: 123fac8b2a





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Direção-Geral do Campus Boa Vista
Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista - RR, CEP 69.303-340
gabinete.boavista@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

OFÍCIO 507/2023 - DG-CBV/IFRR

Boa Vista, 12 de julho de 2023.

À Senhora
VANDERLEIA DA SILVA LEAL
Representante
Empresa RONDON ELEVADORES LTDA
Av. Nações Unidas, 525, Bosque, 1º Andar, Sala 10
CEP:69.900-721, Rio Branco-AC
E-mail: rondonelevadores@gmail.com

Assunto: Solicita propostas técnica comerciais e orçamento para execução de serviços de engenharia para adequação da estrutura física das plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista.

Prezada Senhora,

Considerando a abertura dos processos de Contratação de pessoa jurídica para adequação da estrutura física, do elevador e plataformas elevatórias instalados no *Campus* Boa Vista às normas legais, e considerando a expertise desta renomada empresa, solicitamos o fornecimento de propostas técnicas comerciais e orçamentos para execução dos referidos serviços de engenharia.

Na oportunidade, solicitamos que as peças técnicas sejam desmembradas sendo uma para o elevador, e a outra para as quatro plataformas, uma vez que, os processos de contratação são distintos.

Desde já agradecemos pelo apoio.

Atenciosamente,

JOSEANE DE SOUZA CORTEZ
Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista
PORTARIA Nº 1.235 - GAB/REITORIA/IFRR, de 18/12/2020
DOU nº 244, Seção 2, de 22/12/2020

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joseane de Souza Cortez, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG-CBV (CBV)**, em 12/07/2023 18:45:04.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 220838

Código de Autenticação: d3d60829bf





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Direção-Geral do Campus Boa Vista
Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista - RR, CEP 69.303-340
gabinete.boavista@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

OFÍCIO 554/2023 - DG-CBV/IFRR

Boa Vista, 27 de julho de 2023.

À Senhora
BRUNA LEOPOLDINO SANTA ANNA
Representante da Empresa B27 COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES- EIREL
RUA DIÓGENES ALVES DE SOUZA, Nº 684, RESIDENCIAL MARIA NAZARET
CEP 15603-698 - Fernandópolis/SP
E-mail: contato@b27elevadores.com.br

Assunto: Solicita propostas técnicas comerciais e orçamento para execução de serviços de engenharia para adequação da estrutura física das plataformas elevatórias instaladas no *Campus* Boa Vista.

Prezada Senhora,

Considerando a abertura do processo de Contratação de pessoa jurídica para adequação da estrutura física, das 04 (quatro) plataformas elevatórias instalados no *Campus* Boa Vista às normas legais, e considerando a expertise desta renomada empresa, solicitamos o fornecimento de propostas técnicas comerciais e orçamentos para execução dos referidos serviços de engenharia.

Encaminhamos, anexo as fotos da situação das plataformas, e planilha contendo os serviços que devem ser executados para atendimento às normas legais.

Para mais informações, favor entrar em contato com a Diretoria de Administração e Planejamento - DAPLAN, por meio do e-mail daplan@ifrr.edu.br.

Desde já agradecemos pelo apoio.

Atenciosamente,

JOSEANE DE SOUZA CORTEZ
Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista
PORTARIA Nº 1.235 - GAB/REITORIA/IFRR, de 18/12/2020
DOU nº 244, Seção 2, de 22/12/2020

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joseane de Souza Cortez, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG-CBV (CBV)**, em 27/07/2023 15:32:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 223331

Código de Autenticação: 6f72c9c3c1





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Direção-Geral do Campus Boa Vista
Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista - RR, CEP 69.303-340
gabinete.boavista@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

OFÍCIO 555/2023 - DG-CBV/IFRR

Boa Vista, 27 de julho de 2023.

Ao Senhor
Janio Ribeiro Lopes
Representante da Empresa RIBEIRO LOPES CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
Rua Gavião, 289 - A - Joquei Clube
CEP 69.313-028 - Boa Vista / Roraima
E-mail: janio.ribeirolopes@yahoo.com

Assunto: Solicita propostas técnicas comerciais e orçamento para execução de serviços de engenharia para adequação da estrutura física das plataformas elevatórias instaladas no *Campus* Boa Vista.

Prezado,

Considerando a abertura do processo de Contratação de pessoa jurídica para adequação da estrutura física, das 04 (quatro) plataformas elevatórias instalados no *Campus* Boa Vista às normas legais, e considerando a expertise desta renomada empresa, solicitamos o fornecimento de propostas técnicas comerciais e orçamentos para execução dos referidos serviços de engenharia.

Encaminhamos, anexo as fotos da situação das plataformas, e planilha contendo os serviços que devem ser executados para atendimento às normas legais.

Para mais informações, favor entrar em contato com a Diretoria de Administração e Planejamento - DAPLAN, por meio do e-mail daplan@ifrr.edu.br.

Desde já agradecemos pelo apoio.

Atenciosamente,

JOSEANE DE SOUZA CORTEZ
Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista
PORTARIA Nº 1.235 - GAB/REITORIA/IFRR, de 18/12/2020
DOU nº 244, Seção 2, de 22/12/2020

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joseane de Souza Cortez, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG-CBV (CBV)**, em 27/07/2023 15:33:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 223339

Código de Autenticação: a61cc8eee8





PROPOSTA DE SERVIÇOS

**À
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA –
CAMPUS BOA VISTA**

**Av. Glaycon de Paiva, nº 2496 - Pricumã
Boa Vista/RR - CEP 69303-340**

A/C
Joseane de Souza Cortez
Diretora –Geral do Campus de Boa Vista

Assunto: Em resposta a solicitação via ofício 507/2023 – DG – CBV/IFRR

Ao cumprimentá-la, venho através deste, lhe encaminhar o laudo sobre as condições das plataformas.

A inspeção realizada nos equipamentos referenciados, foi baseada na NORMA ABNT NBR NM 207 Elevadores Elétricos de Passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação e também com referência a Norma NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão. O principal objetivo da inspeção é verificar a correta montagem, regulação e a robustez do conjunto carro, freio de segurança, guias e suas fixações, além de verificar a correta manutenção, em conformidade com as Normas e da boa técnica de engenharia.

Foi constatado que os equipamentos instalados no prédio localizado no endereço acima citado, apresentam boas conservações mecânicas, porém se faz necessário algumas melhorias e reparos no sistema mecânico e estrutural dos mesmos. Conforme exposto anteriormente, recomendamos a readequação as NORMAS mencionadas acima.

Segue imagens dos equipamentos citados:





QUADRO DE VALORES

OBJETO: Serviço de manutenção corretiva e readequação as normas, em 04 plataformas de de marca ASR Elevadores, de pressão continua, 002 paradas, térreo e 1º andar, 275kg, hidráulica, dupla tração.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	FABRICAÇÃO DE CABINE (ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO E REGUA DE SEGURANÇA)	04	R\$ 12.055,00	R\$ 48.220,00
02	REPAROS E REVISÃO ESTRUTURAL DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO (POÇO)	04	R\$ 6.120,00	R\$ 24.480,00
03	REVISÃO GERAL DO SISTEMA ELETRICO	04	R\$ 3.600,00	R\$ 14.400,00
04	REVISÃO GERAL DO SISTEMA MECANICO	04	R\$ 3.600,00	R\$ 14.400,00
05	PINTURA DA ESTRUTURA METALICA (POÇO E CABINE)	04	R\$ 5.150,00	R\$ 20.600,00
06	DESINSTALAÇÕES DE CABINES ANTIGA E PREPARAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES	04	R\$ 2.580,00	R\$ 10.320,00



07	INSTALAÇÕES DE NOVAS CABINES	04	R\$ 4.250,00	R\$ 17.000,00
----	---------------------------------	----	--------------	---------------

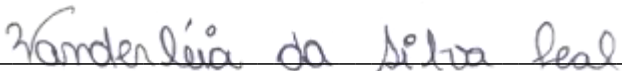
VALOR TOTAL:

149.420,00

Permanecemos à inteira disposição de V. Sas. para quaisquer ponderações acerca da presente documento.

Atenciosamente,

Rio Branco, 21 de julho de 2023.


Proponente

「CNPJ: 46.365.671/0001-57」
RONDON ELEVADORES LTDA
AV. NAÇÕES UNIDAS, Nº 525 SALA 10 1º ANDAR
BOSQUE - CEP: 69.900-721
「Rio Branco - Acre」



À
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA –
CAMPUS BOA VISTA

Av. Gláucio de Paiva, nº 2496 - Pricumã
Boa Vista/RR - CEP 69303-340

A/C
Joseane de Souza Cortez
Diretora – Geral do Campus de Boa Vista

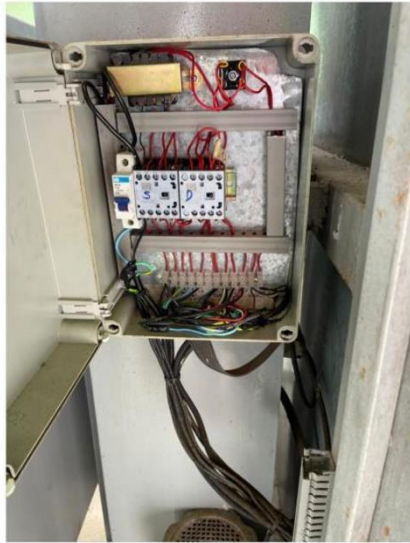
Assunto: Laudo Técnico, conforme solicitação via ofício 506/2023 – DG – CBV/IFRR

Ao cumprimentá-la, venho através deste, lhe encaminhar o laudo sobre as condições das plataformas.

A inspeção realizada nos equipamentos referenciados, foi baseada na NORMA ABNT NBR NM 207 Elevadores Elétricos de Passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação e também com referência a Norma NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão. O principal objetivo da inspeção é verificar a correta montagem, regulagem e a robustez do conjunto carro, freio de segurança, guias e suas fixações, além de verificar a correta manutenção, em conformidade com as Normas e da boa técnica de engenharia.

Foi constatado que os equipamentos instalados no prédio localizado no endereço acima citado, apresentam boas conservações mecânicas, porém se faz necessário algumas melhorias e reparos no sistema mecânico e estrutural dos mesmos. Conforme exposto anteriormente, recomendamos a readequação as NORMAS mencionadas acima.

Segue imagens dos equipamentos citados:





QUADRO DE VALORES

OBJETO: Serviço de manutenção corretiva e readequação as normas, em 04 plataformas de de marca ASR Elevadores, de pressão contínua, 02 paradas, térreo e 1º andar, 275kg, hidráulica, dupla tração.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	FABRICAÇÃO DE CABINE (ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO E REGUA DE SEGURANÇA)	04	R\$ 12.050,00	R\$ 48.200,00
02	REPAROS E REVISÃO ESTRUTURAL DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO (POÇO)	04	R\$ 6.100,00	R\$ 24.400,00
03	REVISÃO GERAL DO SISTEMA ELETRICO	04	R\$ 3.590,00	R\$ 14.360,00
04	REVISÃO GERAL DO SISTEMA MECANICO	04	R\$ 3.590,00	R\$ 14.360,00



05	PINTURA DA ESTRUTURA METALICA (POÇO E CABINE)	04	R\$ 5.100,00	R\$ 20.400,00
06	DESINSTALAÇÕES DE CABINES ANTIGA E PREPARAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES	04	R\$ 2.550,00	R\$ 10.200,00
07	INSTALAÇÕES DE NOVAS CABINES	04	R\$ 4.220,00	R\$ 16.880,00

VALOR TOTAL: 148.800,00

Manaus / AM, 24 de julho de 2023.

Roberto Alexandre Feneira Ribeiro

Roberto Alexandre F. Ribeiro
Supervisor
ELEVADORES BRASIL LTDA - EPP

À
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA –
CAMPUS BOA VISTA

Av. Glaycon de Paiva, nº 2496 - Pricumã
Boa Vista/RR - CEP 69303-340

A/C
Joseane de Souza Cortez
Diretora –Geral do Campus de Boa Vista

Assunto: Em resposta ao ofício 505/2023 – DG – CBV/IFRR

Ao cumprimentá-la, venho através deste, lhe encaminhar o laudo sobre as condições das plataformas.

O conteúdo deste Laudo foi avaliado conforme normas da ABNT. Por se tratar de uma avaliação momentânea de equipamentos de uso contínuo, as condições aqui apontadas poderão se alterar. Conforme inspeção inicial nos equipamentos, antes de nossa intervenção para realização da manutenção corretiva, servindo este de registro do estado encontrado dos equipamentos.

A inspeção realizada nos equipamentos referenciados, foi baseada na NORMA ABNT NBR NM 207 Elevadores Elétricos de Passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação e também com referência a Norma NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão. O principal objetivo da inspeção é verificar a correta montagem, regulagem e a robustez do conjunto carro, freio de segurança, guias e suas fixações, além de verificar a correta manutenção, em conformidade com as Normas e da boa técnica de engenharia.

Foi constatado que os equipamentos instalados no prédio localizado no endereço acima citado, apresentam boas conservações mecânicas, porém se faz necessário algumas melhorias e reparos no sistema mecânico e estrutural dos mesmos. Conforme exposto anteriormente, recomendamos a readequação as NORMAS mencionadas acima.

Segue imagens dos equipamentos citados:



QUADRO DE VALORES

OBJETO: Serviço de manutenção corretiva e readequação as normas, em 04 plataformas de de marca ASR Elevadores, de pressão continua, 002 paradas, térreo e 1º andar, 275kg, hidráulica, dupla tração.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	FABRICAÇÃO DE CABINE (ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO E REGUA DE SEGURANÇA)	04	R\$ 12.000,00	R\$ 48.000,00
02	REPAROS E REVISÃO ESTRUTURAL DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO (POÇO)	04	R\$ 6.000,00	R\$ 24.000,00
03	REVISÃO GERAL DO SISTEMA ELETRICO	04	R\$ 3.580,00	R\$ 14.320,00
04	REVISÃO GERAL DO SISTEMA MECANICO	04	R\$ 3.580,00	R\$ 14.320,00
05	PINTURA DA ESTRUTURA METALICA (POÇO E CABINE)	04	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00
06	DESINSTALAÇÕES DE CABINES ANTIGA E PREPARAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES	04	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00
07	INSTALAÇÕES DE NOVAS CABINES	04	R\$ 4.200,00	R\$ 16.800,00

VALOR TOTAL: 147.440,00



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA APÓS CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS CORRETIVOS.

Permanecemos à inteira disposição de V. Sas. para quaisquer ponderações acerca da presente documento. Com os nossos melhores cumprimentos, subscrevemo-nos, atenciosamente,

Boa Vista /RR, 21 de julho de 2023.

**M E SERVICOS DE
INSTALACOES
LTDA:220276210
00100**

Assinado de forma digital por M E
SERVICOS DE INSTALACOES
LTDA:22027621000100
DN: c=BR, st=RR, l=BOA VISTA, o=ICP-
Brasil, ou=videoconferencia,
ou=19860129000106, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=ARCEITFY, ou=RFB e-CNPJ A1,
cn=M E SERVICOS DE INSTALACOES
LTDA:22027621000100
Dados: 2023.07.21 13:14:31 -04'00'

Anexo II - Anexo II - Serviços a serem executados.pdf

Anexo I – Serviços a serem executados nas plataformas

Quadro 1: Relação de serviços, conforme as normas da ABNT.

Item	Descrição	Normativo
1	Realizar serviço de pintura epóxi in loco, para prevenir corrosão.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 4.3; ABNT NBR 14847:2002 item 5.6.14;
2	Realizar serviço para correção deformação na estrutura de aço.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 4.10.1
3	Proteger componentes elétricos e mecânicos contra influências externas (água, umidade, corrosão, corpos sólidos, etc).	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 4.11.1
4	Realizar correção na estrutura para evitar o acúmulo de umidade no piso da caixa.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 4.11.2
5	Realizar serviço para proteger por completo as partes móveis da plataforma (polias, correntes, etc), estando acessíveis aos usuários.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 4.13; TR, item 2
6	Realizar inclusão de dispositivo de bloqueio mecânico e aviso contendo instruções para seu uso seguro.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.6
7	Realizar a inclusão da instrução de operação informando que o freio de segurança deve ser liberado e rearmado somente por pessoa competente.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 6.3
8	Serviço de inclusão de dispositivo que deve atuar como contato de segurança que deve cortar a alimentação de energia elétrica do motor e freio, de modo a impedir o movimento da plataforma até que o cabo ou corrente seja corretamente tensionado.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 7.1.5
9	Serviço de inclusão de dispositivo de emergência, e com instruções para operação de emergência/manual, destacando que a plataforma de elevação deve ser desligada e mantida sob vigilância quando sujeita à operação de emergência. Ainda deve-se incluir uma etiqueta indicando o sentido de movimento	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 7.3.1, 13.4.2
10	Serviço de inclusão de válvula de comando manual para rebaixamento da plataforma.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 7.3.2
11	Serviço de desincrustação das roscas dos parafusos com sujeira e corrosão.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 7.7.4
12	Serviço de inclusão de eletrodutos adequados para proteção da fiação elétrica, com a devida fixação/apoio para eliminar as tensões em qualquer seção sujeita à vibração.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 7.14.13
13	Serviço de instalação de iluminação no piso da plataforma, e dispositivo de controle da plataforma acionado por interruptor adjacente.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 8.2.1
14	Serviço de instalação de fonte de alimentação de emergência recarregável automaticamente.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 8.2.1

Item	Descrição	Normativo
15	Serviço de instalação de tomada elétrica adjacente à plataforma de elevação para iluminação local durante inspeção e manutenção.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 8.2.2
16	Serviço de instalação de dispositivo operacional provido nos pavimentos atendidos estão localizados a uma distância inferior ao mínimo de 400 mm da parede adjacente.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 8.15.1
17	Serviço de instalação de dispositivo de operação do alarme de emergência na plataforma conectado a um alarme que, quando ativado por um usuário da plataforma que busca ajuda, deve ser audível e reconhecível. O referido dispositivo deve ser alimentado a partir de uma fonte de alimentação separada da fonte principal de alimentação ou equipado com uma fonte de alimentação de reserva (como uma bateria sobressalente).	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, itens 8.17.1 e 8.17.2
18	Serviço de instalação de dispositivo de operação de alarme de emergência localizado ao lado da plataforma.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.2.2.5.c; TR, item 2
19	Serviço de instalação de dispositivo de alarme. Caso houvesse, deveria ser na cor amarela e identificado por um símbolo na forma de sino.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.2.3
20	Serviço de instalação de dispositivo de alarme. Com a inclusão de legenda adequada.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.8
21	Serviço de instalação de dispositivo de alarme, sendo que o alarme de cada plataforma deve ser individualmente e unicamente identificado.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.8
22	Serviço de correção de saliências/projeções nas superfícies internas da parede de fechamento da caixa, para possibilitando formar uma superfície lisa e contínua.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, itens 9.1.1.3.1 e 9.1.1.3.2
23	Serviço de adequação da plataforma e soleira de pavimento quanto a distância horizontal, para não exceder o limite de 20 mm.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.1.1.4.4
24	Serviço de adequação da superfície interna das portas de pavimento, para formar um plano contínuo com a superfície interna da caixa.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.1.2.4.2
25	Serviço de correção do dispositivo de segurança que detecta se os elementos de travamento estão apropriadamente engastados. É possível abrir a porta do pavimento quando a plataforma está em funcionamento.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.1.2.11.1; TR, item 2
26	Serviço de correção do dispositivo de segurança em detectar se os elementos de travamento estão apropriadamente engastados. Porta não fecha completamente, mas é possível acionamento e funcionamento da plataforma.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, itens 9.1.2.11.2 e 9.1.2.11.3; TR, item 2
27	Serviço de correção da ferramenta utilizada para destravamento de emergência da porta do pavimento não se adequa ao triângulo de destravamento apresentado na norma.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.1.2.12

Item	Descrição	Normativo
28	Plataforma indica capacidade máxima de 3 pessoas na plataforma. Verificar uso principal e sua capacidade em termos de dimensões mínimas.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.2.1.2, tabela 5
29	A largura livre da plataforma não atende ao mínimo de 900 mm. A largura encontrada é de aproximadamente 850 mm.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.2.1.3.a
30	A soleira do pavimento não possui contraste com a superfície do piso do pavimento na entrada.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.2.2.1
31	Serviço de instalação de etiqueta alertando que o teto não suporta carga e alertando contra pisar no teto.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, itens 9.2.2.3 e 13.2.5
32	Corrimão instalado em altura incorreta. A altura deve variar entre 900 e 1100 mm.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.2.2.6; TR, item 2
33	Serviço de vedação em chapa de aço para fixação adequada, em atendimento à norma.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 10.1.1.3.1
34	Guarda-corpo adjacente à plataforma não forma superfície vertical contínua. Há abertura de aproximadamente 100 mm entre o guarda-corpo e a plataforma.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 10.1.1.3.1
35	Guarda-corpo adjacente à plataforma não forma superfície vertical contínua. Deve possuir também superfície lisa, dentro dos limites de projeções permitidos.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 10.1.1.3.1
36	Serviço de instalação de aba de segurança ou dispositivo similar na proteção da entrada.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, itens 10.2.3.1.c e 10.2.3.2
37	Serviço de instalação de dispositivo elétrico de segurança de confirmação para barreira/cancela/barra travada para impedir a plataforma de continuar o movimento quando esta estiver destravada.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 10.2.3.3.4
38	Serviço de certificação de inspeção e ensaios que declare no mínimo todas as informações e resultados de todas as verificações, tanto feitas no local como fora dele (ver Anexo B da norma).	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.4
39	Confecção de literatura técnica por escrito ao proprietário da plataforma de elevação, contendo: ano de instalação, número de série, instruções completas de operação, diagrama de fiação de circuito elétrico, registro técnico, contato de pessoa em caso de emergência ou falha, etc (ver item 12 da norma na íntegra).	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 12; TR, item 2
40	Serviço de sinalização de alerta adequada em áreas com perigo ao choque elétrico.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.1; ABNT NBR 16820, item 5.1.1.2
41	Serviço de instalação de aviso exibindo na plataforma o número de série e ano de instalação da plataforma.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.2.1.b; TR, item 2
42	Serviço de instalação de identificação da função de todos os dispositivos que controla a operação da plataforma.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.2.2

Item	Descrição	Normativo
43	Serviço de instalação de identificação do símbolo STOP no dispositivo de parada de emergência.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.2.4
44	Confecção de manual de instruções de operação manual de emergência detalhadas passo a passo (de acordo com item 7.3.1 da norma) exibidas dentro da área da maquinaria.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.4.2
45	Serviço de instalação de etiqueta ou aviso informando sentido de movimento da plataforma próxima ao volante de giro ou à válvula de abaixamento manual, respectivamente.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.4.2
46	Confecção de aviso com legenda adequada adjacente à válvula de abaixamento manual.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.4.2
47	Serviço de instalação de identificação e legenda do interruptor principal para alimentação elétrica da plataforma de elevação. Há somente um disjuntor geral da plataforma, uma vez que não foi instalada iluminação (geral e de emergência) e alarme de emergência.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.5
48	Serviço de instalação de símbolo de ensaio de tipo e suas características no freio de segurança.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.7
49	Confecção de instruções de operação detalhada na plataforma, considerando se tratar de acesso público onde assistência aos usuários não está disponível.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 13.9
50	Serviço de instalação de iluminação adequada nos pavimentos nas vizinhanças das entradas da caixa.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item A.3
51	Serviço de instalação de chave liga/desliga para operação da plataforma.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item C.1.3; TR, item 2
52	Serviço de confecção de manual de instrução de uso, indicação da posição para embarque e indicação dos pavimentos atendidos, em termos de sinalização visual permanente/temporária e sinalização tátil.	ABNT NBR 9050:2015, item 6.10.1.1, tabela 8
53	Serviço de instalação de dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos atendidos e nos equipamentos para utilização acompanhada e/ou assistida.	ABNT NBR 9050:2015, itens 6.10.1.1, tabela 8; e 6.10.3.3
54	Serviço de instalação piso revestido de borracha antiderrapante.	-
55	Serviço de verificação potência do motor instalado in loco, pois não havia placa de informação afixada no motor.	-
56	Serviço de correção das portas de pavimento, pois não operam satisfatoriamente. Há dificuldades durante o fechamento automático da porta dos pavimentos, ocorrendo inclusive parada desta no meio do percurso.	ABNT NBR ISO 9386-1:2013, item 9.1.2.2; TR, item 2
57	Serviço de instalação de nobreak para sistema de resgate automático.	-
58	Serviço de instalação de quadro de comando microprocessado.	-

Anexo II - Anexo II - Planilha Formação de Preços.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CNPJ: 10.839.508/0001-31

Processo 23229.000221.2024-94				Bancos SINAPI - 03/2024 -		B.D.I. Padrão - 29,79%		Encargos Sociais Desonerado		
PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS										
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)	
1			Vistoria e emissão laudo técnico e solução técnica da estrutura civil, mecânica e elétrica da situação atual das 4(quatro) plataformas elevatórias.		1			10.254,12	40,64 %	
1.1	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24	105,58	137,03	3.288,72	13,03 %	
			Considerado 4h da vistoria e 20h para elaboração do laudo técnico							
1.2	90777	SINAPI	ENGENHEIRO MECANICO JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24	105,58	137,03	3.288,72	13,03 %	
			Considerado 4h da vistoria e 20h para elaboração do laudo técnico							
1.3	90777	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA JUNIOR COM ENCARGOS	H	24	105,58	137,03	3.288,72	13,03 %	
			Considerado 4h da vistoria e 20h para elaboração do laudo técnico							
1.4	INS.0009	Próprio	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) - PROJETO	UN	3	99,64	129,32	387,96	1,54 %	
			Considerado 1 ART para cada área (engenharia civil, elétrica e mecânica)	3						
2			Elaboração de projetos de adequação da parte civil, mecânico e elétrico, das 4 (quatro) plataformas elevatórias, incluso orçamento e especificação técnica.		1			9.157,88	36,29 %	
2.1	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24	105,58	137,03	3.288,72	13,03 %	
			Considerado 6h para cada plataforma							
2.2	90777	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA JUNIOR COM ENCARGOS	H	16	105,58	137,03	2.192,48	8,69 %	
			Considerado 4h para cada plataforma							
2.3			ENGENHEIRO MECÂNICO JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3.288,7200000					0,130329128
			Considerado 6h para cada plataforma							
2.4	INS.0009	Próprio	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) - PROJETO	UN	3	99,64	129,32	387,96	1,54 %	
3			Apoio técnico da fiscalização por engenheiro mecânico dos serviços de engenharia nas 4(quatro) plataformas elevatórias.		1			5.821,96	23,07 %	
3.1	90777	SINAPI	ENGENHEIRO MECÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40	105,58	137,03	5.481,20	21,72 %	
			Considerado 2 meses x 20h/mês							
3.2	INS.0002	Próprio	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) - EXECUÇÃO	UN	1	262,55	340,76	340,76	1,35 %	

OBSERVAÇÃO

Foi utilizado composição de BDI para preços desonerado conforme Acórdão TCU 2.622/2013, utilizando valores médios para as alíquotas.

Total sem BDI	19.442,47
Total do BDI	5.791,49
Total Geral	25.233,96

Rodrigo da Silva Santos
TAE - Engenharia Civil CREA RR0913177016
SIAPE 1016145

Anexo II - MR23_2024.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
23/2024	TATIANE CRISTINA DE JESUS	15/07/2024 19:23
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil e mecânica, para elaboração dos estudos, planejamento, elaboração...		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Contratação não ocorrer no período previsto	Atraso nos procedimentos internos e externos da licitação.	Planejamento	Administração	Alto	
						Impactos
						1 Atraso no início da execução dos serviços.
						Ações Preventivas
						P-01 Assegurar que os prazos para elaboração dos documentos sejam cumpridos. Responsável: TATIANE CRISTINA DE JESUS
R-02	Licitação deserta ou fracassada	Descrição incompleta ou insuficiente dos itens objeto da contratação.	Planejamento	Administração	Alto	
						Ações de Contingência
						C-01 Agilização de procedimentos internos, dentro da legalidade. Responsável: TATIANE CRISTINA DE JESUS
						Impactos
						1 Atraso no início da prestação dos serviços
R-03	Empresa vencedora da licitação não assinar contrato	Licitante não prestar a devida atenção ao objeto que está sendo licitado.	Seleção do Fornecedor	Contratada	Alto	
						Ações Preventivas
						P-01 Publicar o Edital e Termo de Referências para esclarecer as obrigações e responsabilidades do licitantes, Responsáveis: TATIANE CRISTINA DE JESUS, ALEF DE SOUSA SILVA
						Ações de Contingência
						C-01 Notificar a licitante sobre as sanções que a mesma pode sofrer por não honrar com a obrigação assumida Responsáveis: TATIANE CRISTINA DE JESUS, RODRIGO CAMPOS MORAIS, RODRIGO DA SILVA SANTOS
R-04	Dificuldade na elaboração dos projetos de engenharia	Ausência de profissionais habilitados para de elaboração dos projetos.	Gestão de Contrato	Contratada	Extremo	
						Impactos
						1 Atraso no início da execução dos serviços.
						Ações Preventivas
						P-01 Incluir requisito de apresentação de declaração de profissionais para elaboração dos projetos pelos licitantes. Responsável: TATIANE CRISTINA DE JESUS

Ações de Contingência						
C-01	Verificar na rede tecnológica a possibilidade de algum profissional para execução dos projetos.	Responsáveis: TATIANE CRISTINA DE JESUS, JOSEANE DE SOUZA CORTEZ				

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Preço estimado inadequado e/ou preço elevado	Falha na pesquisa de preços	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Contrato superfaturado ou subestimado e licitação deserta ou fracassada					
Ações Preventivas						
P-01	Avaliar minuciosamente por itens os valores previstos nas pesquisa de preços			Responsável: JOSEANE DE SOUZA CORTEZ		
Ações de Contingência						
C-01	Solicitar uma nova pesquisa de preços, para fins de adequação dos valores ao mercado.			Responsável: JOSEANE DE SOUZA CORTEZ		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Atraso na medição dos serviços	Não envio da documentação para a equipe de fiscalização.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
Impactos						
1	Atraso no faturamento da contratada					
Ações Preventivas						
P-01	Conscientizar a contratada dos prazos para envio da documentação.			Responsável: GEFERSON SANTANA		DE
Ações de Contingência						
C-01	Notificar a empresa contratada para fins de justificativa dos prazos descumpridos.			Responsável: GEFERSON SANTANA		DE

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Serviço paralisado	Contratada deixar de realizar os serviços contratados	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
Impactos						
1	Interrupção da prestação dos serviços, ocasionando prejuízos às atividades administrativas, pedagógicas e didáticas.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar contratação emergencial			Responsável: TATIANE CRISTINA DE JESUS		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar a notificação da empresa contratada.			Responsável: GEFERSON SANTOS DE SANTANA		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

TATIANE CRISTINA DE JESUS
Equipe de Planejamento da Contratação

RODRIGO CAMPOS MORAIS
Equipe de Planejamento da Contratação

RODRIGO DA SILVA SANTOS

Equipe de Planejamento da Contratação

Anexo III - TJTR.pdf

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. 23229.000221.2024-94

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil e mecânica, para elaboração dos estudos, planejamento, elaboração, desenvolvimento, execução, acompanhamento e fiscalização de projetos nas plataformas elevatórias.

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as **orientações jurídicas mais comuns** emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os **requisitos da instrução processual**, sem prejuízo da Lista de Verificação e do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por **profissional habilitado**, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da **justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto**, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A **ausência** deste termo ou de justificativas **pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva** ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a **leitura das Notas Explicativas** deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA	1
SUMÁRIO	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS	3
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	3
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia	3
1.2. Classificação como serviço comum ou especial	3
2. REGIMES DE EXECUÇÃO	3
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	5
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	5
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	7
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	7
7. CUSTOS DIRETOS	8
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS	9
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	9
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	9
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	11
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	12
13. PROJETO EXECUTIVO	12
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	12
15. VISTORIA	15
16. SUBCONTRATAÇÃO	16
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	16
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	16
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	16
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	17

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

Os serviços objeto da pretendida contratação se enquadram em serviço de engenharia, conforme Orientação Técnica IBR n. 02/2009, posto que envolvem serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, fiscalização, com necessidade da participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (X) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

Considerando que contratação dos serviços possuem padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos mediante especificações usuais de mercado. E levando em conta que o serviço pode ser contratado por qualquer pessoa comum, certo que os parâmetros da execução estão objetivamente descritos nas normas técnicas e amplamente utilizados pelas empresas prestadoras e exige-se apenas que a empresa apresente profissionais com experiências comprovadas devidamente registradas no Conselho, caracteriza-se como serviço de engenharia comum.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

() empreitada por preço unitário

☒) empreitada por preço global

☐) empreitada integral

☐) contratação por tarefa

☐) contratação integrada

☐) contratação semi-integrada

☐) fornecimento e prestação de serviço associado

Adoção do regime de empreitada por preço global para a contratação de profissionais para elaborar elaboração de laudo/estudo, projeto de adequação e demais serviços técnicos profissionais nas plataformas de acessibilidade é vantajoso devido à previsibilidade financeira e à clareza contratual. Considerando que existe uma variabilidade de tempo que cada profissional executa determinada tarefa, no regime global as partes conhecem o custo total da obra, evitando surpresas orçamentárias e permitindo melhor planejamento financeiro. Além disso, essa modalidade incentiva os profissionais a otimizarem os recursos e o tempo em cada etapa, uma vez que o valor acordado não sofrerá alterações, proporcionando mais segurança e controle sobre o andamento e a conclusão das atividades.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico ☐ DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico ☒ NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

No caso concreto, essa definição não se aplica, uma vez que o serviço é unitário e será pago por etapa devidamente concluída. Não podendo ultrapassar o valor da proposta ofertada.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o () Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de () engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da () ART, () RRT ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, (X) **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

Tendo em vista que a contratação trata de serviço de engenharia comum, no qual as características e desempenho estão objetivamente caracterizados em normativos ABNT e comumente empregado por empresas prestadoras de serviços. A elaboração dos documentos que nortearam a contratação envolveu apenas os requisitos mínimos do profissional a ser contratado e a estimativa do valor global para a contratação. Não vislumbrando nenhuma especificidade técnica necessária de elaboração de Anotação de Responsabilidade Técnica. Além disso, como se trata de levantamento e elaboração de projeto de adequação de um equipamento que está executado, não é necessário elaboração de Projeto Básico.

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte **justificativa**:

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

Foi utilizado para levantamento dos custos e formação do preço global os preços das horas de profissional técnico previstos na tabela de Referência SINAPI Preços Desonerados para estado de Roraima, data-base 03/2024, com adoção de um BDI com alíquotas médias no percentual total de 29,79%.

O processo foi encaminhado para Coordenação de Pesquisa de Preços para cotação, no entanto, os valores encontrados não foram considerados para formação de preços de referência, posto que o objeto dos serviços cotados no Painel de Preços não possuem similaridade com o objeto a ser contratado. Assim a utilização dos preços da hora de serviços técnicos utilizados pelo SINAPI reflete melhor os valores de referência para a contratação.

(☒) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

(☐) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (☐) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(☐) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

(☐) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

(☐) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

() foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

(X) NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

() consta nos autos.

(X) NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

() foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

(X) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

[Vide Nota Explicativa n. 5.](#)

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(X) foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

() foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Utilizado valor da hora do profissional de engenharia conforme custos SINAPI.

[Vide Nota Explicativa n. 6.](#)

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (X) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(X) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

Não haverá administração local, certo que a contratação trata de serviço técnico especializado de elaboração de projetos, orçamentos e outros.

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

() foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e () SERVIÇOS.

(X) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e aos (X) SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

Não se aplica ao caso.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (X) DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

Analizando a comparação da planilha de formação de preços para preços onerados e desonerados, utilizando-se dos preços SINAPI com data-base para mês 05/2024 para estado de Roraima, utilizando taxas de BDI com valores médio, conforme Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário, para os casos de preços com e sem desoneração de folha. A proposta mais vantajosa para a Administração resulta na adoção de preços desonerados em acordo com o quadro abaixo.

Orçamento	Valor Global
Preços Desonerados (BDI 29,79%)	R\$ 25.233,96
Preços Onerados (BDI 23,54%)	R\$ 27.614,25

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Foi adotado a composição do BDI com todas as parcelas no quartil médio conforme Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário, acrescendo a alíquota de 4,5% referente a Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta em acordo com a Lei nº Lei 12.546/2011.

Administração central: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Seguro e garantia: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Risco: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Despesa financeira: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Lucro: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Não consta presente na contratação materiais e equipamentos necessários para aplicação de BDI reduzido.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

() FOI juntado aos autos

(X) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(X) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

As etapas de entrega estão descritas no Termo de Referência.

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(X) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

Não se aplica

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao () CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

A contratação trata da contratação de serviços técnicos inerentes aos profissionais de Engenharia Civil, Eletricista e Mecânico que devem estar devidamente registrados no sistema

CREA, devendo ainda ser apresentado a Anotação de Responsabilidade Técnica da execução dos serviços quando na prestação do serviço.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(☒) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Exigido que a empresa comprove por meio de Atestados de Capacidade Técnica que executou serviços compatíveis e com características semelhantes e complexidade técnica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado.

(☐) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados;

Para os serviços de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados;

Para os serviços de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados;

Para os serviços de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados;

Para os serviços de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados;

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (☒) ACEITO ou (☐) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Considerando que a exigência engloba mais de uma área técnica podem ser aceito somatório de atestados para comprovar experiência.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(X) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de **Engenheiro Civil**: serviços técnicos com características semelhantes e complexidade técnica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado e experiência mínima de 2 (dois) anos na área de formação;

Para o cargo de **Engenheiro Eletricista**: serviços técnicos com características semelhantes e complexidade técnica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado e experiência mínima de 2 (dois) anos na área de formação;

Para o cargo de **Engenheiro Mecânico**: serviços técnicos com características semelhantes e complexidade técnica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado e experiência mínima de 2 (dois) anos na área de formação;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Não é imprescindível a vistoria para execução dos serviços, pois a execução do serviço exigirá por si só a presença no local dos responsáveis para realização de levantamento de informações e soluções..

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (X) NÃO ADMITIU ou () ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Trata-se de uma contratação de item único específico da empresa e sem complexidade que permita a subcontratação dos serviços.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (dez) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Exigir a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% sobre o valor total estimado da contratação é uma medida técnica essencial para garantir a solidez financeira e à capacidade econômica das empresas licitantes. Essa exigência assegura que as empresas participantes possuam uma base financeira estável, suficiente para suportar as demandas e os riscos associados à execução do contrato, especialmente em fases iniciais ou em situações de imprevistos. Tal critério técnico contribui para a seleção de licitantes que demonstram não apenas competência técnica, mas também robustez financeira para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, minimizando riscos de inadimplência ou falhas na entrega do projeto conforme os termos contratados.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

Não existe complexidade no objeto que justifique a adoção de participação de consórcios.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Não existe complexidade no objeto que justifique a adoção de participação de cooperativas.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

A fim de resguardar a Administração de possíveis descumprimentos contratuais ou outros riscos será exigida a prestação de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

() verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

() verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

() verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Não se verificou critérios e práticas de sustentabilidade específicos aplicados ao caso. Devendo ser adotados práticas de sustentabilidade ambiental aplicáveis, em cumprimento da legislação específica, inclusive Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Rodrigo da Silva Santos
SIAPE 1016145
Membro da Comissão de Planejamento

Anexo IV - IMR.pdf



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Departamento Técnico de Obras
www.ifrr.edu.br

ANEXO 4

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO: IMR 1/2024 - DETEO/PRODIN/IFRR

Processo Administrativo nº 23229.000221.2024-94

CONTRATO	XX/XXXX
CONTRATADA	XXXXXXXXXX
MÊS DE COMPETÊNCIA	XXXXXXXXXX

1. DO OBJETO

1.1 Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, estabelecendo indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2 Este anexo é parte indissociável do Edital desta Contratação, devendo ser seguido após assinatura do contrato.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Os serviços e materiais da CONTRATADA serão avaliados por meio de indicadores de qualidade: uso de EPI's; qualidade e quantidade dos materiais e equipamentos utilizados; e qualidade dos serviços executados.

2.2 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas constantes neste IMR.

2.3 Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.4 A pontuação final de qualidade dos serviços executados pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes, respectivamente, às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço prestado com a qualidade contratada.

2.5 As tabelas seguintes apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 - USO DE EPI'S	
Tópico	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências contratuais relacionadas a fornecimento e uso de EPI's
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência durante a fase de execução

Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências mediante relatórios de fiscalização ou anotação no diário de obras ou dossiê de fiscalização
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato
Periodicidade	Diária, com aferição do resultado por mês de execução
Mecanismo de cálculo (métrica)	O uso de EPI's será observado, sendo que o n° de ocorrências será por funcionário sem, ou portando de forma inadequada, EPI por dia
Início da execução	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento e pontuação	O ajuste no pagamento será obtido por meio da Quadro 2, considerado a soma dos indicadores 1, 2 e 3. Pontuação: 0 a 1 ocorrência = 20 Pontos 2 a 3 ocorrências = 15 Pontos 4 a 5 ocorrências = 10 Pontos 6 a 7 ocorrências = 5 Pontos 8 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Número de ocorrências	
Total de Pontos	
Sanções	A partir de 8 ocorrências, além do desconto no valor a pagar serão aplicadas as sanções estabelecidas no termo de referência após instaurado o devido processo de aplicação de penalidade.

INDICADOR 2 - QUALIDADE E QUANTIDADE DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EMPREGADOS NOS SERVIÇOS	
Tópico	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências contratuais relacionadas à utilização dos materiais e equipamentos na quantidade e qualidade especificadas
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência durante a fase de execução
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências mediante relatórios de fiscalização ou anotação no diário de obras ou dossiê de fiscalização
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato
Periodicidade	A cada entrega de material/equipamento, com aferição do resultado por fase de execução ou etapa cronograma
Mecanismo de cálculo (métrica)	Material ou equipamento utilizado em desacordo, seja pela quantidade ou qualidade ou não utilizado
Início da execução	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento e pontuação	O ajuste no pagamento será obtido por meio da Quadro 2, considerado a soma dos indicadores 1, 2 e 3. Pontuação: 0 a 3 ocorrências = 30 Pontos 4 a 6 ocorrências = 25 Pontos 7 a 9 ocorrências = 15 Pontos 10 a 12 ocorrências = 5 Pontos 13 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Número de ocorrências	
Total de Pontos	
Sanções	A partir de 13 ocorrências, além do desconto no valor a pagar serão aplicadas as sanções estabelecidas no termo de referência após instaurado o devido processo de aplicação de penalidade.

INDICADOR 3 - QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO (PRAZOS E QUALIDADE)	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na execução do serviço
Meta a cumprir	Atendimento total das fases constantes no Cronograma físico-financeiro com a qualidade especificada
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências mediante relatórios de fiscalização ou anotação no diário de obras ou dossiê de fiscalização
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato
Periodicidade	De acordo com a rotina de trabalho
Mecanismo de cálculo (métrica)	Descrita no Quadro 1 - Avaliação da Qualidade dos Serviços a seguir
Início da execução	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento e pontuação	O ajuste no pagamento será obtido por meio da Quadro 2, considerado a soma dos indicadores 1, 2 e 3. A pontuação do indicador será conforme Quadro 1, a seguir, obtendo a pontuação máxima de 50 pontos.
Sanções	A partir de pontuação menor que 30 pontos, além do desconto no valor a pagar serão aplicadas as sanções estabelecidas no termo de referência após instaurado o devido processo de aplicação de penalidade.

Quadro 1 – Avaliação da qualidade da execução dos serviços

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – INDICADOR 3					
Orgão/Unidade:					
Nº Contrato:					
Fiscal Técnico:					
Contratada:					
Mês referência:					
Legenda do Grau de Satisfação: 5 = Excelente 4 = Bom 3 = Regular 2 = Ruim 1 = Péssimo					
DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO				
	5	4	3	2	1
Comunicação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas à Administração/Fiscal de contrato de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.					
Cumprimento das rotinas dos serviços conforme Cronograma físico-financeiro previsto					
Materiais resultantes de demolições e remoções devidamente retirados do local com a anuência da fiscalização					
Seleção e guarda de materiais passível de reaproveitamento					
Observação rigorosa das recomendações dos fabricantes dos materiais utilizados ou equipamentos, quanto ao método executivo e às ferramentas apropriadas a empregar					
Atendimento às demandas de natureza corretiva e a procedimentos determinados pela fiscalização do contrato					
Realização dos serviços de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência					

Local de trabalho mantido limpo e em condições de segurança, higiene e disciplina					
Métodos executivos aderentes às especificações do Termo de Referência ou anexo ou mudanças submetidas por escrito à aprovação da Contratante					
Diário de Obra preenchido corretamente					
Pontuação (soma total da pontuação dos quesitos avaliados) :					
Observação: Quando não se aplicar ao caso concreto ou não houver ocorrências, deve ser pontuado com nota 5					

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1 As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1 A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = (X) Pontos (somados "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2" + Pontos "Indicador 3")

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Quadro 2 – Faixa de Pontuação e Fator de Ajuste no Pagamento

Faixas de pontuação de qualidade	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
X > 90 pontos	100% do valor previsto	1,00
80 < X < 90 pontos	95% do valor previsto	0,95
70 < X < 80 pontos	90% do valor previsto	0,90
60 < X < 70 pontos	85% do valor previsto	0,85
X < 60 pontos	80% do valor previsto e abertura de processo para inexecução do objeto e/ou rescisão contratual	0,80
Valor devido mensal =		
Observação = (Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)		

LOCAL, 18 de julho de 2024

NOME DO FISCAL
Cargo XXXXXXXX
Portaria n.º

Ciência: Nome do Preposto da Contratada.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rodrigo da Silva Santos, ENGENHEIRO-AREA**, em 18/07/2024 13:04:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 286166

Código de Autenticação: 003ad67976



Anexo V - Minuta do Contrato.pdf

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – **CONTRATAÇÃO DIRETA**



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 23229.000221.2024-94)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista (órgão contratante), com sede no(a) Avenida Glaycon de Paiva, nº 2.496 Bairro Pricumã na cidade de Boa Vista/Estado Roraima, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.839.508/0002-12, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora Geral do Campus Boa Vista Joseane de Souza Cortez, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia para elaboração dos estudos, planejamento, elaboração, desenvolvimento, execução, acompanhamento e fiscalização de projetos nas plataformas elevatórias, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil, elétrica e mecânica, para realização de vistoria, laudo, planejamento, elaboração de projetos de adequação, peças orçamentárias e especificações técnicas, e apoio técnico da fiscalização da adequação das 4 (quatro) plataformas elevatórias instaladas no Campus Boa Vista.		Unidade	1	25.233,96	25.233,96

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de *empreitada por preço global*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ 25.233,96 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos.)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1 O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais *elaboradas com base no SINAPI estado de Roraima do mês Março do ano de 2024, preços desonerados*

7.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC-DI (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de *15 (quinze) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.

8.13. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17. *Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:*

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;*
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;*
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;*
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e*
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;*

8.18. *Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.*

8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de

regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

9.25. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*

9.25.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*

9.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.28. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.35. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.37. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.40. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.41.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.41.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

9.41.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.41.4 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.42.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.42.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.42.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.42.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.42.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.3 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.42.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.43.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.43.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.43. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.44. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.45. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.46. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.47. *Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:*

9.47.1. *A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.*

9.48. *Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.*

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade seguro-garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.10 deste contrato.

11.5. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

11.6. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

11.6.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*

11.6.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*

11.6.3. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.*

11.7. *A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.11, observada a legislação que rege a matéria.*

11.8. *A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*

11.9. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*

11.10. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

11.11. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*

11.12. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.*

11.13. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

11.13.1. *O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).*

11.13.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando*

fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

11.15. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

11.16. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

11.17. *O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.*

11.18. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% (três por cento) a 10% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros

contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
- e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto:

13.7.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função-na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.7.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: XXXXXX
- II. Fonte de Recursos: XXXXXXXX
- III. Programa de Trabalho: XXXXXXXXXXXX
- IV. Elemento de Despesa: XXXXXXXX
- V. Plano Interno: XXXXXXXX
- VI. Nota de Empenho: XXXXXXXx

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Documento Digitalizado Público

Termo de Referência nº 12/2024 e Anexos ajustado

Assunto: Termo de Referência nº 12/2024 e Anexos ajustado
Assinado por: Tatiane Jesus
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Autenticada Administrativamente

Documento assinado eletronicamente por:

- **Tatiane Cristina de Jesus, DIRETOR(A) - CD0003 - DAPLAN (CBV)**, em 29/07/2024 20:33:05.

Este documento foi armazenado no SUAP em 29/07/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 171915
Código de Autenticação: 9a2f70a3c1



Anexo II - MODELOS DE DECLARACOES - aviso de licitacao.pdf



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

ANEXO A
CARTA PROPOSTA COMERCIAL
(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Processo Administrativo: 00000.000000.0000-00

Ref.:

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução das obras objeto do Edital Pregão ou RDC Eletrônico N.º 00 / 00000 / IFRR, pelo preço global de R\$ _____ (_____), com prazo de execução de _____ (_____) meses. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade n.º _____ expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____ e CPF n.º _____, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Atenciosamente.

_____, ____ de _____ de _____.

.....
Representante Legal da Empresa / CPF
(assinatura e carimbo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

ANEXO B
DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA
(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Processo Administrativo: 00000.000000.0000-00

Ref.:

() _____ (nome empresarial da licitante), inscrita no C.N.P.J./MF n.º _____, com sede na _____ (endereço completo) por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____ infra-assinado, portador(a) da CI/RG n.º _____ e do CPF n.º _____, para fins de habilitação no Edital _____, DECLARA expressamente que, VISITEI o local e a região onde serão realizados os serviços objeto desta contratação, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais que possam influir direta ou indiretamente na elaboração da proposta e na execução das mesmas. Outrossim, DECLARAMOS que ter pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato e em acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Ou

() _____ (nome empresarial da licitante), inscrita no C.N.P.J./MF n.º _____, com sede na _____ (endereço completo) por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____ infra-assinado, portador(a) da CI/RG n.º _____ e do CPF n.º _____, para fins de habilitação no Edital _____, DECLARA expressamente que, NÃO VISITEI o local e a região onde serão realizados os serviços objeto desta contratação. Outrossim, DECLARAMOS ter pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato e em acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

_____, ____ de _____ de _____.

.....
Representante Legal da Empresa / CPF
(assinatura e carimbo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

ANEXO C
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Processo Administrativo: 00000.000000.0000-00

Ref.:

(nome empresarial da licitante), inscrita no C.N.P.J./MF nº _____, com
sede na _____
(endereço completo) por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr. (a)
_____ infra-assinado,
portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, para
fins de habilitação no Edital _____, DECLARA expressamente, sob
as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que é
Microempresa ou Empresa de Pequeno
Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006, com receita bruta no valor de R\$ _____, cujos
termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como
critério de desempate no procedimento licitatório deste Edital.

_____, ____ de _____ de _____

.....
Representante Legal da Empresa / CPF
(assinatura e carimbo)

.....
Contador devidamente registrado no CRC
(assinatura e carimbo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

ANEXO D
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE OBRAS
(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Processo Administrativo: 00000.000000.0000-00

Ref.:

(nome empresarial da licitante), inscrita no C.N.P.J./MF n.º _____, com
sede na _____ (endereço completo)
por _____ intermédio do seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____
infra-assinado, portador(a) da
CI/RG n.º _____ e do CPF n.º _____, para fins de
habilitação no Edital _____, DECLARA expressamente, para os
devidos fins, que possui compromisso(s) de realização da(s) seguinte(s) obra(s), e se compromete a
realizar o objeto deste Edital.

Especificação do Contrato/Obra	Valor Total do Contrato (R\$)	% da Obra Executado	% da Obra a Executar	Valor da Obra a Executar
TOTAL				

Observação: Em termos de compromissos de realização de obras, será considerado, para fins de verificação da capacidade operativa da empresa licitante, a disponibilidade do Patrimônio Líquido (registrado na forma da lei) em 10% (dez por cento) da soma das obras a executar e o objeto deste Edital. Será efetuada a avaliação mediante a apresentação do balanço patrimonial.

OU

(nome empresarial da licitante), inscrita no C.N.P.J./MF n.º _____, com
sede na _____ (endereço completo)
por _____ intermédio do seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____
infra-assinado, portador(a) da CI/RG
n.º _____ e do CPF n.º _____, para fins de habilitação no
Edital _____, DECLARA expressamente, NÃO possuir, até a
presente data, obras em andamento. Sendo assim não possui nenhum compromisso de realização de
obras que comprometam a realização do objeto do presente Edital.

_____, ____ de _____ de _____

.....
Representante Legal da Empresa / CPF
(assinatura e carimbo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

ANEXO E
DECLARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS
(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Processo Administrativo: 00000.000000.0000-00

Ref.:

_____ (nome empresarial
da licitante), inscrita no C.N.P.J./MF n.º _____, com sede na
_____ (endereço completo) por
intermédio do seu representante legal, o(a) Sr. (a)
_____ infra-assinado,
portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, para
fins de habilitação no Edital _____, DECLARA expressamente, que
os responsáveis técnicos pela execução do objeto deste Edital serão:

Nome Completo	Área de atuação	Registro (CREA/CAU)	Assinatura

_____, ____ de _____ de _____

.....
Representante Legal da Empresa / CPF
(assinatura e carimbo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

ANEXO F
DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Processo Administrativo: 00000.000000.0000-00

Ref.:

_____ (nome empresarial
da licitante), inscrita no C.N.P.J./MF nº _____, com sede na
_____ (endereço completo)
por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr. (a)
_____ infra-assinado, portador(a) da
CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, para fins de
habilitação no Edital _____, DECLARA expressamente, que:

- a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

_____, ____ de _____ de _____

.....
Representante Legal da Empresa / CPF
(assinatura e carimbo)